

OEC S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023**

OEC S.A.

**Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balancos patrimoniais consolidados

Demonstrações do resultado consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
OEC S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da OEC S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da OEC S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou passivo circulante consolidado superior ao ativo circulante consolidado, em R\$ 4.611.320, patrimônio líquido consolidado negativo em R\$ 16.609.043 e prejuízo consolidado em R\$ 741.449. Para garantir a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da OEC S.A., o Plano de Ação (“PA”), para os próximos quatro anos, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1 (a). As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se as demonstrações contábeis consolidadas tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.5 às demonstrações contábeis consolidadas que descreve que as demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, incorporando as seguintes reclassificações:

- Reclassificação do contas a receber do ativo circulante para o ativo não circulante referente aos direitos a faturar do projeto Refinaria de Cabinda no montante de R\$ 369.199;
- Reclassificação do saldo do acervo líquido da Sucursal Colômbia de outros ativos para outros passivos no montante de R\$ 10.468;
- Reclassificação do saldo de conta corrente consorciada ativo no montante de R\$ 122.491, sendo R\$ 79.445 para outros ativos referentes ao contrato de prestação de serviços com a SPV Gana e R\$ 43.046 para conta corrente consorciada passiva referente aos saldos dos consórcios no Panamá;
- Reclassificação do saldo inicial do ajuste de avaliação patrimonial para prejuízos acumulados referente a realização do saldo de variação cambial na conversão de balanço em moeda estrangeira oriundo do encerramento da empresa Odebrecht International Participation S.a r.L. O impacto dessa reclassificação também é reapresentado na Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto);
- Reclassificação, cada rubrica do resultado do exercício de operações continuadas para operações descontinuadas, dos montantes das controladas e coligadas da Companhia nas geografias definidas pela Administração como não operacionais, sendo as principais: Argentina, Equador, México e República Dominicana.

Auditamos e concordamos com os ajustes efetuados. Nossa opinião não contém modificação a esse respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis consolidadas originalmente apresentadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 14 de abril de 2023, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Celso Luiz da Costa Lobo'.

Celso Luiz da Costa Lobo
Contador CRC 1 SP 251526/O-6

OEC S.A. e suas controladas
Balço patrimonial consolidado
Em milhares de reais

| | Nota | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) | | Nota | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) |
|--|--------|------------------------|---|---|--------|------------------------|---|
| Ativo | | | | Passivo e passivo a descoberto | | | |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 441.762 | 433.800 | Empréstimos e financiamentos | 19 (a) | 659.134 | 453.000 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 1.215.108 | 1.105.836 | Arrendamento | 23 | 25.986 | 25.269 |
| Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros | 8 | 629.053 | 605.606 | Fornecedores e subempreiteiros | 20 | 3.832.901 | 4.231.897 |
| Tributos a recuperar | 9 | 477.646 | 519.648 | Impostos, taxas, salários e contribuições sociais | 21 | 911.780 | 852.316 |
| Estoques | 10 | 173.535 | 241.511 | Adiantamentos recebidos de clientes | 7 | 1.525.559 | 1.634.508 |
| Contas correntes com consorciadas | 11 | 339.056 | 331.960 | Contas correntes com consorciadas | 11 | 443.697 | 447.361 |
| Despesas antecipadas | | 32.475 | 37.032 | Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos | 22 | 439.195 | 467.804 |
| Outros ativos | 12 | 833.280 | 693.347 | Outros passivos | 24 | 914.983 | 645.459 |
| | | <u>4.141.915</u> | <u>3.968.740</u> | | | <u>8.753.235</u> | <u>8.757.614</u> |
| Ativos não circulante mantidos para venda | 15 (a) | 325.832 | 334.178 | | | | |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Aplicações financeiras | | 83.434 | 91.959 | Empréstimos e financiamentos | 19 (a) | 4.688.040 | 4.656.984 |
| Partes relacionadas | 13 (a) | 1.472.631 | 1.476.083 | Arrendamento | 23 | 132.303 | 120.873 |
| Contas a receber de clientes | 7 | 1.663.845 | 2.406.936 | Fornecedores e subempreiteiros | 20 | 34.001 | 50.374 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 (a) | 722.704 | 904.664 | Impostos, taxas, salários e contribuições sociais | 21 | 70.286 | 34.690 |
| Tributos a recuperar | 9 | 135.966 | 175.231 | Adiantamentos recebidos de clientes | 7 | 6.257.960 | 6.959.728 |
| Despesas antecipadas | | 9.930 | 8.500 | Partes relacionadas | 13 (a) | 1.743.519 | 1.612.656 |
| Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros | 8 | 19.571 | 21.250 | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 (a) | 795.297 | 713.445 |
| Depósitos judiciais | | 138.000 | 141.814 | Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos | 22 | 3.262.168 | 3.602.991 |
| Outros ativos | 12 | 321.466 | 426.437 | Provisão para passivo a descoberto de coligadas | 16 (b) | 584.896 | 952.197 |
| | | <u>4.567.547</u> | <u>5.652.874</u> | Outros passivos | 24 | 102.256 | 124.396 |
| Investimentos | | | | | | <u>17.670.726</u> | <u>18.828.334</u> |
| Sociedades coligadas | 16 (b) | 270.530 | 276.719 | Passivo a descoberto | | | |
| Imobilizado | 17 | 441.006 | 492.987 | Capital social | 25 (a) | 448.900 | 448.900 |
| Intangível | | 31.280 | 32.596 | Transações de capital | | 13.366 | 13.366 |
| Direito de uso | 18 (a) | 36.808 | 37.755 | Ajuste de avaliação patrimonial | 25 (b) | 2.226.098 | 1.321.583 |
| | | <u>5.673.003</u> | <u>6.827.109</u> | Prejuízos acumulados | | (19.232.885) | (18.494.050) |
| | | | | | | <u>(16.544.521)</u> | <u>(16.710.201)</u> |
| | | | | Participação dos não controladores | | <u>(64.522)</u> | <u>(79.898)</u> |
| | | | | | | <u>(16.609.043)</u> | <u>(16.790.099)</u> |
| Total do ativo | | <u>9.814.918</u> | <u>10.795.849</u> | Total do passivo e do passivo a descoberto | | <u>9.814.918</u> | <u>10.795.849</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
Demonstração consolidada do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>Nota</u> | <u>2023</u> | <u>2022</u> (Reapresentado) |
|--|-------------|--------------------|---------------------------------------|
| Operações continuadas | | | |
| Receita líquida de serviços e vendas | 26 | 4.063.127 | 4.528.981 |
| Custo dos serviços prestados | 27 | <u>(3.514.602)</u> | <u>(3.881.731)</u> |
| Lucro bruto | | 548.525 | 647.250 |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas e com vendas | 27 | (654.643) | (739.951) |
| Outras receitas líquidas | | <u>(18.921)</u> | <u>300.035</u> |
| Lucro (prejuízo) operacional | | (125.039) | 207.334 |
| Resultado das participações societárias | | | |
| Equivalência patrimonial | 16 (b) | 311.393 | (351.046) |
| Resultado financeiro | | | |
| Resultado financeiro, líquido | 28 | <u>(678.305)</u> | <u>(41.619)</u> |
| Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda | | (491.951) | (185.331) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 29 | (187.642) | (106.120) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 29 | <u>(267.348)</u> | <u>(295.579)</u> |
| Prejuízo das operações continuadas do exercício | | <u>(946.941)</u> | <u>(587.030)</u> |
| Operações descontinuadas | | | |
| Lucro das operações descontinuadas do exercício | 15 (b) | <u>205.492</u> | <u>666.130</u> |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | <u>(741.449)</u> | <u>79.100</u> |
| Atribuível a: | | | |
| Acionistas da Companhia | | (738.835) | 74.118 |
| Participação dos não controladores | | <u>(2.614)</u> | <u>4.982</u> |
| | | <u>(741.449)</u> | <u>79.100</u> |
| Lucro líquido (prejuízo) básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação) | 25 (c) | <u>(1,646)</u> | <u>0,165</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
Demonstração consolidada dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

| | <u>Nota</u> | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--|-------------|----------------|------------------|
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (741.449) | 79.100 |
| Outros resultados abrangentes: | | | |
| Itens que posteriormente transitarão pelo resultado: | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial de investidas | 25 (b) | 212.184 | 197.531 |
| Variação cambial de investidas no exterior | 25 (b) | 686.580 | 683.590 |
| Variação cambial com investimentos líquidos no exterior | 25 (b) | 5.751 | 5.533 |
| Itens que transitaram pelo resultado: | | | |
| Realização variação cambial com investimentos líquidos no exterior | 25 (b) | | 250.434 |
| Total do resultado abrangente do exercício | | <u>163.066</u> | <u>1.216.188</u> |
| Atribuível a: | | | |
| Acionistas da Companhia | | 165.680 | 1.211.206 |
| Participação dos não controladores | | <u>(2.614)</u> | <u>4.982</u> |
| | | <u>163.066</u> | <u>1.216.188</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Atribuível aos acionistas da controladora | | | | | | | |
|---|-----------------------|------------------------------|--|-----------------------------|--------------|---|--------------------------------------|
| Nota | Capital social | Transações de capital | Ajuste de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total | Participação dos não controladores | Total do passivo a descoberto |
| Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado) | 448.900 | 13.365 | 184.495 | (18.568.168) | (17.921.408) | (104.420) | (18.025.828) |
| Total do resultado abrangente do exercício: | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício - R\$ 0,165 por ação do capital social | 25 (c) | | | 74.118 | 74.118 | 4.982 | 79.100 |
| Outros resultados abrangentes | 25 (b) | | 1.137.088 | | 1.137.088 | | 1.137.088 |
| Total do resultado abrangente do exercício | | | 1.137.088 | 74.118 | 1.211.206 | 4.982 | 1.216.188 |
| Transações de capital com os sócios: | | | | | | | |
| Outras movimentações de transações de capital | | | 1 | | 1 | | 1 |
| Outras movimentações de não controladores | | | | | | 19.540 | 19.540 |
| Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) | 448.900 | 13.366 | 1.321.583 | (18.494.050) | (16.710.201) | (79.898) | (16.790.099) |

| Atribuível aos acionistas da controladora | | | | | | | |
|--|-----------------------|------------------------------|--|-----------------------------|--------------|---|--------------------------------------|
| Nota | Capital social | Transações de capital | Ajuste de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total | Participação dos não controladores | Total do passivo a descoberto |
| Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) | 448.900 | 13.366 | 1.321.583 | (18.494.050) | (16.710.201) | (79.898) | (16.790.099) |
| Total do resultado abrangente do exercício: | | | | | | | |
| Prejuízo do exercício - (R\$ 1,646) por ação do capital social | 25 (c) | | | (738.835) | (738.835) | (2.614) | (741.449) |
| Outros resultados abrangentes | 25 (b) | | 904.515 | | 904.515 | | 904.515 |
| Total do resultado abrangente do exercício | | | 904.515 | (738.835) | 165.680 | (2.614) | 163.066 |
| Transações de capital com os sócios: | | | | | | | |
| Outras movimentações de não controladores | | | | | | 17.990 | 17.990 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 448.900 | 13.366 | 2.226.098 | (19.232.885) | (16.544.521) | (64.522) | (16.609.043) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

| | Nota | 2023 | 2022 (Reapresentado) |
|---|-----------------|-----------|-------------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas | | (286.459) | 480.799 |
| Ajustes: | | | |
| Equivalência patrimonial | 16 (b) | (311.393) | 351.046 |
| Variação na receita dos contratos de construção | | 189.504 | (687.383) |
| Depreciação de imobilizado e amortização de intangível | 27 | 53.078 | 57.353 |
| Depreciação do direito de uso | 18 (a) / 27 | 11.661 | 10.890 |
| Perda com ativo imobilizado e gastos com projetos baixados | | 23.479 | 58.332 |
| Ajuste a valor presente | 28 | (19.603) | (526.619) |
| Impairment sobre direito de uso, imobilizado e investimentos em coligadas | 16 (b) / 18 (a) | (11.240) | 10.682 |
| Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, líquido | 27 / 28 | (11.635) | 306.482 |
| Provisão (reversão) para contingências | 27 | 12.754 | 31.698 |
| Juros, variações monetárias e cambiais e outros, líquidos | | 858.867 | 295.971 |
| Caixa gerado nas operações | | 509.013 | 389.251 |
| Variação nos ativos e passivos: | | | |
| Aplicações financeiras | | 8.525 | (15.785) |
| Contas a receber de clientes | | (330.364) | (70.212) |
| Estoques | | 57.133 | 77.573 |
| Tributos a recuperar | | 73.527 | (74.563) |
| Despesas pagas antecipadamente, adiantamento a fornecedores, subempreiteiros e outros ativos | | (133.780) | (38.857) |
| Fornecedores e subempreiteiros | | (212.955) | 142.141 |
| Adiantamentos recebidos de clientes | | (174.274) | (136.605) |
| Impostos, taxas, salários e contribuições sociais | | (43.614) | (172.029) |
| Outros passivos | | 319.755 | (479.958) |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais das operações continuadas | | 72.966 | (379.044) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações descontinuadas | | (7.507) | (9.038) |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais | | 65.459 | (388.082) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Adições ao investimento | 16 (b) | (81) | (139) |
| Recebimentos das vendas de investimentos | | 6.437 | 8.527 |
| Adições ao imobilizado | 17 | (36.792) | (88.044) |
| Adições ao intangível | | (7.832) | (15.372) |
| Dividendos recebidos | 16 (b) | 2.900 | 10.948 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (35.368) | (84.080) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Partes relacionadas | | | |
| Recursos liberados | | (62.796) | (119.527) |
| Recursos recebidos | | 99.831 | 38.058 |
| Dívida de curto e longo prazos, líquida | | | |
| Captações de empréstimos e financiamentos | 19 (c) | 23.713 | 40.909 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal | 19 (c) | (90.398) | (73.074) |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros | 19 (c) | (46.318) | (8.473) |
| Pagamentos de arrendamento | 23 | (6.779) | (5.214) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | | (82.747) | (127.321) |
| Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa | | 60.618 | 241.788 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas | | 15.469 | (348.657) |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas | | (7.507) | (9.038) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 433.800 | 791.495 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 441.762 | 433.800 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A OEC S.A. (“OECSA” ou a “Companhia”), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo Novonor”), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a Odebrecht Holdco Finance Limited (“ODB Holdco”) e indireta a Odebrecht Engenharia e Construção S.A. (“Odebrecht Engenharia”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo.

A Companhia é controladora direta da CNO S.A. (“CNO”), OECI S.A. (“OECI”), OENGER S.A. (“OENGER”), Tenenge Engenharia Ltda. (“Tenenge”), Odebrecht Overseas Limited (“OOL”) e OEC Finance Limited (“OEC Finance”), e controladora indireta da CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”).

A Companhia tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

Por meio de sucursais e subsidiárias de suas controladas, a Companhia possui atuação direta em diversos países, tendo suas principais obras em execução em: Brasil, Angola, Estados Unidos da América (“EUA”) e Gana.

No segmento de construção civil pesada, as principais controladas diretas da Companhia são CNO, OECI, Tenenge e indireta a CBPO, as quais desenvolvem projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, assim como outros projetos industriais e de infraestrutura.

As principais obras atualmente em execução por meio das controladas e coligadas no Brasil são: Projeto Submarino, Unidades de Saúde BH, BRT Transoeste, ETA Xerém, Reservatório Marapicu, Ligação Viária Campo Grande, BR386, BRT Transbrasil, Terminal Gás Sul Babitonga, Ponte Guaratuba, Mem Bloco 40 e UTE Azulão, além de contratos de prestação de serviços em plantas industriais.

No exterior, os principais projetos em atividade são: Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca, Terminal Oceanico Barra do Dande, Projeto Refinaria de Cabinda, Projeto Refinaria de Lobito e Aeroporto Internacional de Cabinda em Angola e Rodovia do Corredor Leste em Gana.

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de abril de 2024.

(a) Continuidade (Going Concern)

A Companhia e suas controladas têm como segmento operacional a construção civil pesada em projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, entre outros projetos industriais e infraestrutura para clientes públicos e privados, tendo como principal fonte de recursos a geração de caixa destes projetos.

Diante de eventos ocorridos ao longo dos últimos anos, a Companhia foi fortemente impactada no que tange aos fatores: (i) impacto social e econômico pela pandemia do COVID-19, com retração das economias, decorrente principalmente das medidas tomadas pelos governos e retração de investidores privados, como postergação de licitações e investimentos devido à escassez de recursos e dificuldades na obtenção de crédito para financiar grandes projetos, redução da disponibilidade de recursos públicos para investimentos em função de vultuosos gastos com pacotes de estímulos a economia, redução da arrecadação tributária e conseqüentemente déficits primários, aumentando o endividamento público e

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aumento do desemprego e falência de pequenos empresários; (ii) a identificação da necessidade de constituir provisões para redução ao valor recuperável (*impairment*) sobre créditos, mantidos nas controladas da Companhia, com empresas do grupo Novonor em recuperação judicial; (iii) provisões para redução ao valor recuperável referente aos ativos líquidos da Companhia com o Estado Venezuelano; e (iv) o registro do passivo dos Bonds em função da reestruturação da dívida da Novonor Finance Limited (“NFL”) que era garantida pela Companhia.

Dessa forma, resultante dos eventos citados acima, o Passivo Circulante Consolidado se tornou superior ao Ativo Circulante Consolidado e o Patrimônio Líquido Consolidado se tornou negativo, nos valores de R\$ 4.611.320 e R\$ 16.609.043 respectivamente. Adicionalmente, o Prejuízo Consolidado do exercício foi de R\$ 741.449.

De modo a mitigar os impactos no caixa da Companhia e suas controladas, a administração implementou diversas ações, a saber: i) desde 2019 a Companhia vem em um processo de reestruturação geográfica, com foco de atuação nos países com potencial de contratação de obras para a Companhia e suas controladas; ii) desde 2016 a Companhia vem fortalecendo a Governança, com a formação do Conselho de Administração, Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (com a participação de conselheiros independentes); iii) criação da área de Auditoria Interna e Controles Internos nos anos de 2018 e 2019, respectivamente; iv) criação do Programa de Integridade em 2016, objetivando endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente na tarefa empresarial, v) reestruturação administrativa, adequando o tamanho das equipes de apoio ao novo porte da Companhia, vi) venda de ativos e créditos antigos para garantir a liquidez da Companhia, vii) reestruturação das dívidas de curto prazo e fornecedores; viii) renegociação dos termos e condições das garantias prestadas aos Bonds NFL (concluído em 2021); e ix) manutenção da produção para os contratos em carteira.

Para buscar reverter o cenário descrito acima, a Administração da Companhia aprovou o Programa de ação 2024 – 2027:

O programa de ação contempla as ações e direcionamentos estratégicos da Companhia bem como seus diferenciais, provendo soluções integrais e sustentáveis em projetos complexos de Engenharia e Construção para infraestrutura e indústrias, com foco nas principais demandas globais, como mobilidade, logística, saneamento, energia renovável, saúde e educação, tendo como principais mercados Angola, Brasil, EUA, Panamá e Peru, desenvolvendo oportunidades seletivas em outros países da África e Latam, conforme segue:

- **Adição de backlog** - expectativa de conquistas de novos projetos no montante de US\$ 8,9 bilhões até 2027, além de atualmente, contar com um banco de oportunidades de aproximadamente 112 projetos, que somam cerca de US\$ 23,6 bilhões em possíveis conquistas, com maior intensificação junto a clientes públicos.
- **Foco de atuação** - a Companhia foca suas operações geograficamente, seletivamente e estrategicamente nos seguintes países: **i) Brasil** – foco ambivalente nos clientes públicos e privados. A Companhia busca protagonismo nas oportunidades de transição energética, como também busca a parceria em concessões de rodovias, portos, aeroportos, saneamento e mobilidade, além de fortalecer a marca Tenenge que visa a atuação na manutenção de plantas industriais; **ii) Angola/África**: fortalecimento da atuação no mercado Africano, tendo como base Angola, além do crescimento de oportunidades atreladas as demandas reprimidas localmente; e **iii) EUA**: desenvolvimento de parcerias privadas e aumento da atuação geográfica, tendo como princípio o reconhecimento dos projetos da Companhia no país.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Fortalecimento da Engenharia e Inteligência de Negócio (performance, eficiência e competitividade)** - para garantir o sucesso de atuação nos países citados no tópico anterior, a Companhia direciona esforços para: i) fortalecer e modernizar a área de Engenharia, considerando seu papel no diferencial competitivo da Companhia, definindo a estrutura corporativa de apoio e inteligência em engenharia com reforço das estruturas locais; ii) elevar nível de maturidade BIM na Companhia, via adoção em massa nas obras de portfólio, novos estudos e programas de treinamentos; iii) priorizar a manutenção e renovação das certificações técnicas; iv) garantir posição de destaque no processo de transição energética, via estudos, publicações, oportunidades e conquistas; v) fomentar a relação com empresas de Engenharia/Tecnologia e fornecedores para qualificação de ações comerciais de propostas e projetos; e vi) reposicionar a Companhia como protagonista em práticas ESG, aproveitando os avanços em governança e recuperando espaço como empresa diferenciada nas práticas sociais, segurança do trabalho e temas ambientais.
- **Efetivação de parcerias estratégicas (créditos, seguros e garantias)**: Buscar parcerias estratégicas que possam aportar valor a Companhia, tais como i) capital de giro e estudos de mercado; ii) crédito e acesso a garantias para novos projetos; iii) reputação e relacionamento institucional e governamental; iv) complementariedade (projetista e tecnologia), fornecimento de insumos estratégicos, e investidores qualificados para parcerias público/privado e concessões.

Entre os direcionamentos estratégicos citados acima, que visam o crescimento sustentável da operação da Companhia nas geografias que atua, o Plano de Ação (“PA”) também contempla um robusto acompanhamento em relação à equação financeira, que visa o equilíbrio de sua alavancagem financeira, dos gastos administrativos e dos passivos contingentes, conforme segue:

- **Higidez financeira**: i) renegociação do contas a pagar e dívidas; ii) venda de investimentos e monetização de recebíveis e créditos fiscais; iii) otimizar a gestão de caixa oriunda do portfólio atual; e iv) otimização da estrutura de capital.
- **Resolução e mitigação dos contenciosos e passivos**: i) negociação de acordos via o parcelamento de pagamentos; e ii) negociação de acordos de leniência nos países de atuação da Companhia para pagamentos conforme a capacidade financeira local de cada país.

A Companhia considera que a retomada de crescimento é essencial para que possa continuar suas operações. No entanto, caso a combinação dos eventos supra descritos não ocorra, a administração entende que haveria significativas dificuldades na retomada de seu crescimento. As atuais informações contábeis não contemplam eventuais ajustes que resultariam no caso da Companhia e suas controladas estarem impossibilitadas de continuar operando normalmente.

(b) Programa de Integridade

A Companhia e suas controladas possuem o compromisso público, perante a sociedade, as autoridades e demais stakeholders, de atuar de forma ética, íntegra e transparente e adotaram um Programa de Integridade alinhado às principais diretrizes e melhores práticas mundiais de Compliance, fundamentado no respeito às leis e zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

A Governança da Companhia segue padrões típicos de empresas de capital aberto, exercida por meio de um conselho de administração com participação de no mínimo 20% de conselheiros independentes. Atualmente, a participação de conselheiros independentes no CA-OEC é de 50%. O acompanhamento e supervisão do Programa de Integridade é realizado continuamente no âmbito do Comitê de Integridade e Auditoria do Conselho de Administração, no qual se requer maioria de conselheiros independentes, sendo coordenado por um destes.

O Programa de Integridade da OEC conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das área de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

Esse Programa de Integridade implementado na OEC, que é continuamente avaliado e aperfeiçoado, foi ampla e intensamente acompanhado, monitorado, avaliado, auditado, testado, validado, atestado e/ou certificado, conforme aplicável a cada caso, por autoridades, auditores externos, órgãos certificadores, bancos multilaterais etc., incluindo aquelas avaliações e acompanhamentos previstos em acordos firmados com o Departamento de Justiça Norte-americano (DoJ), com o Ministério Público Federal (MPF), Controladoria Geral da União (CGU), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como certificações em reconhecimento à sua efetividade e eficácia, a exemplo da ISO 37.001 - Sistema de Gestão Antissuborno e do Selo Infra+ Integridade, em reconhecimento a adoção de boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção, e do Selo Pró-Ética, concedido à Companhia pela CGU, em novembro de 2023, que reconhece publicamente aquelas empresas que mostram-se comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude.

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2023 no Programa de Integridade da OEC: (i) foram analisados mais de 7.400 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 99% dos treinamentos do grupo meta definido; (iii) 421 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade, dos quais 35% foram considerados como parcial ou totalmente procedentes, gerando 52 ações de remediação, dentre as quais, 16 demissões; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance, de janeiro a dezembro de 2023, foram abertas 372 ações para teste e verificação de processos, 491 registros de terceiros tiveram seus processos de contratação revisados em relação a requisitos de integridade, 47 processos de contratação ou promoção de integrantes revisados para verificação de atendimento aos requisitos de avaliação de integridade e revisão de mais de 1.000 formulários de autodeclaração preenchidos pelos integrantes para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

(c) Reestruturação societária

Em 15 de dezembro de 2023, foi alienada a totalidade da participação indireta da Companhia na OSEL – Odebrecht Serviços no Exterior Ltd. (“participação OSEL”), quem detém o controle integral da Concessionaria Madden Colon (“CMC”), localizada no Panamá, para a empresa Neoinvest Latam, do grupo Novonor, pelo montante de R\$95.610, conforme *valuation* elaborado por empresa panamenha de assessores financeiros independentes com especialização e experiência em análises econômicas, que foi base de negociação entre as partes, com o objetivo de alinhar a estrutura societária da Companhia com o seu direcionamento estratégico, mantendo a atuação de suas controladas e coligadas nas atividades de Engenharia e Construção. O referido valor foi pago ainda em dezembro de 2023 mediante compensação com saldos intercompanies, conforme informado na nota 13, item a, subitem iv.

Nesta data a Companhia apurou uma perda na alienação da participação OSEL de R\$ 69.879, reconhecida nas demonstrações do resultado como outras despesas operacionais.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de 15 de 77

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro 2022, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme abaixo:

Revisadas e vigentes:

- Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“*single transaction*”) – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia e suas controladas avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2024.
- Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants* – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2024.
- Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*” – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2024.
- Alterações ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)) Acordos de financiamento de fornecedores “risco sacado” – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2024.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial classificados entre circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização e/ou consumo esperado no curso normal do ciclo operacional, conforme definido CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes, conforme divulgado na nota explicativa 14 (a).

2.3 Companhias Consolidadas

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade (incluindo as entidades estruturadas) quando está exposta ou tem direito sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos e as transações entre Companhias, como também os ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas abrangem as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2023:

| | Sede (País) | Participação direta no capital social (%) | |
|-------------|--------------|--|---------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
| CNO | Brasil | 97,96 | 97,71 |
| OECI | Brasil | 100,00 | 100,00 |
| OENGER | Brasil | 100,00 | 100,00 |
| Tenenge | Brasil | 100,00 | 100,00 |
| OEC Finance | Ilhas Cayman | 100,00 | 100,00 |
| OOL | Bahamas | 100,00 | 100,00 |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Sede (País) | Participação indireta no capital social (%) | |
|---|----------------------|--|---------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
| CBPO | | | |
| Belgrávia Serviços e Participações S.A. ("Belgrávia") | (i) Brasil | 100,00 | 100,00 |
| Construtora Norberto Odebrecht - Sucursal Angola | Brasil | 100,00 | 100,00 |
| CNO S.A. - Argentina | Angola | 100,00 | 100,00 |
| CNO S.A. - Bolívia | Argentina | 100,00 | 100,00 |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Costa Rica | Bolívia | 100,00 | 100,00 |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Emirados Árabes | Costa Rica | 100,00 | 100,00 |
| CNO S.A. - Equador | Emirados Árabes | 100,00 | 100,00 |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Gana | Equador | 100,00 | 100,00 |
| CNO S.A. - Guatemala | Gana | 100,00 | 100,00 |
| CNO S.A. - México | Guatemala | 100,00 | 100,00 |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Moçambique | México | 100,00 | 100,00 |
| CNO S.A. - Panamá | Moçambique | 100,00 | 100,00 |
| CNO S.A. - Peru ("CNO Suc. Peru") | Panamá | 100,00 | 100,00 |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. - República Dominicana | Peru | 100,00 | 100,00 |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Uruguai | República Dominicana | 100,00 | 100,00 |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Venezuela | Uruguai | 100,00 | 100,00 |
| Libyan Brazilian Construction and Development Company | Venezuela | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht de Argentina S.A. | Líbia | 60,00 | 60,00 |
| Odebrecht Industrial, Inc. | Argentina | 100,00 | 100,00 |
| Bento Pedroso Construções, S.A. | EUA | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Engenharia Ltda. - Argentina | Portugal | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Engenharia Ltda. - Chile | Argentina | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Engenharia Ltda. - Colômbia | Chile | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Engenharia Ltda. - Venezuela | Colômbia | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Engenharia Ltda. - Panamá | Venezuela | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Ingeniería de Venezuela C.A. | Panamá | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Overseas Limited. | Venezuela | 100,00 | 100,00 |
| Companhia de Obras e Infra Estrutura | Ilhas Cayman | 100,00 | 100,00 |
| COI Cuba | Brasil | 100,00 | 100,00 |
| CNODE S.A. | Cuba | 100,00 | 100,00 |
| Construtora Norberto Odebrecht de Panamá S.A. | Equador | 100,00 | 100,00 |
| Multitrade S.A. | Panamá | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Overseas Sucursal República Dominicana | Brasil | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Industrial Engineering America | República Dominicana | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Angola Projectos e Serviços Ltda. ("OAL") | EUA | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Solution Inc. | Angola | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Construction Malta Ltd. | Bahamas | 100,00 | 100,00 |
| OEC USA, Inc. | Malta | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Engineering & Construction Ltd. | EUA | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Ingeniería y Construcción de España, S.L. | Malta | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Ingeniería y Construcción Internacional de México, S de RL de CV. | Espanha | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Investimentos em Concessões Ferroviárias, Unipessoal, Lda. | México | 100,00 | 100,00 |
| Odb, Investimentos em Concessões Rodoviárias, Unipessoal, Lda. | Portugal | 100,00 | 100,00 |
| Tenenge Limited | Portugal | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Peru Ingeniería y Construcción S.A.C. ("OPIC") | Inglaterra | 100,00 | 100,00 |
| OSEL - Odebrecht Serviços no Exterior Ltd. | Peru | 100,00 | 100,00 |
| Tenenge (UK) Ltd. | (ii) Ilhas Cayman | | 100,00 |
| Tenenge Overseas Corporation | Inglaterra | 100,00 | 100,00 |
| Concessionaria Madden Colon | Ilhas Cayman | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Global Sourcing South Africa | (ii) Panamá | | 100,00 |
| HG Market Group Corp | África do Sul | 100,00 | 100,00 |
| OEC Peru Infraestructura S.A.C. | Barbados | 100,00 | 100,00 |
| OECP S.A. | Peru | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Servicios Integrales de México, S de RL de CV. | Brasil | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. - Bolívia | México | 100,00 | 100,00 |
| OECI Ghana Limited | Bolívia | 100,00 | 100,00 |
| OEC Services S.à r.l | Gana | 100,00 | 100,00 |
| OECI S.A. - Sucursal Colombia | Luxemburgo | 100,00 | 100,00 |
| OECI S.A. - Republica Dominicana | Colômbia | 100,00 | 100,00 |
| Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. - Moçambique | República Dominicana | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Ingeniería y Construcción de México S.A. de C.V. | Moçambique | 100,00 | 100,00 |
| OEC Guyana Inc. | México | 100,00 | 100,00 |
| OECI Angola | Guiana | 100,00 | 100,00 |
| CBPO Ecuador | Angola | 100,00 | 100,00 |
| OECI Panamá | Equador | 100,00 | 100,00 |
| | Panamá | 100,00 | 100,00 |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 31 de maio de 2023 a CBPO passou a ser investimento integral da Companhia decorrente da cisão parcial de sua controlada direta OECI. Adicionalmente, em 20 de julho de 2023 a Companhia aportou na sua controlada direta CNO, a participação integral que detinha na CBPO.
- (ii) Em 15 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a venda de OSEL e sua controlada CMC para Neo Invest.

(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Empreendimentos controlados em conjunto (ou *joint venture*) são negócios em conjunto segundo o qual as partes integrantes, incluindo a Companhia, detêm o controle conjunto do negócio e têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os investimentos da Companhia em coligadas e em *joint ventures* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada ou da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada ou *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou na *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento em sua coligada ou *joint venture*. A Companhia determina, em cada fechamento, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são preparadas em reais (R\$). As informações contábeis de cada uma das empresas incluídas na consolidação são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("a moeda funcional") e convertidas para R\$, para fins de apresentação.

As informações contábeis consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

(b) Transações e saldos

Exceto para Argentina, que opera em ambiente hiperinflacionário, as operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados. As operações da Argentina são atualizadas monetariamente e convertidas pelas taxas de câmbio do final do exercício.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica de "Resultado financeiro".

As taxas de câmbio utilizadas para as conversões das transações e saldos em outras moedas, das principais sucursais e subsidiárias da Companhia, foram as taxas oficiais, conforme abaixo:

| País | Moeda | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|----------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Angola | Dólar Norte-americano | 4,8413 | 5,2177 |
| Argentina | Peso Argentino | 0,0060 | 0,0296 |
| Colômbia | Peso Colombiano | 0,0013 | 0,0011 |
| Cuba | Peso Cubano | 0,2017 | 0,2174 |
| EUA | Dólar Norte-americano | 4,8413 | 5,2177 |
| México | Peso Mexicano | 0,2856 | 0,2667 |
| Panamá | Balboa | 4,8413 | 5,2177 |
| Peru | Novo Sol | 1,3173 | 1,3783 |
| Portugal | Euro | 5,3516 | 5,5694 |
| República Dominicana | Pesos Dominicanos | 0,0837 | 0,0933 |

(c) Conversão de balanço de empresas consolidadas

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas consolidadas cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do encerramento do exercício;
- O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior, conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos exercícios;

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”; e

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as correspondentes diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda.

2.5 Reapresentação

Os valores correspondentes ao Balanço Patrimonial consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e seu saldo inicial, bem como, as demonstrações do resultado consolidado, apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro (IAS 8 *Accounting policies, changes in accounting estimates and errors*), visando refletir adequadamente a comparabilidade dos saldos:

Balanço Patrimonial:

- Para fins de comparabilidade do contas a receber, foi reclassificado do curto para o longo prazo os saldos referentes aos direitos a faturar do projeto Refinaria de Cabinda no montante de R\$ 396.199, conforme previsão de conclusão do projeto após 12 meses da data deste balanço. Essa é a prática adotada pela Companhia para segregação entre circulante e não circulante, atrelados aos saldos de direitos a faturar e passivos de contratos.
- Para fins de comparabilidade, foi reclassificado o saldo do acervo líquido da CNO Sucursal Colômbia de outros ativos para outros passivos no montante de R\$ 10.468 para melhor refletir a estimativa de provisão para futuras obrigações desta controlada da Companhia;
- Para fins de comparabilidade, foi reclassificado o montante de R\$ 79.445 da conta contábil “conta corrente consorciada” para “outros ativos” atrelado aos repasses de mão de obra da controlada indireta da Companhia, OSI Gana, para a coligada SPV Gana. Adicionalmente, também para fins de comparabilidade, foi compensado o montante de R\$ 43.046 entre conta corrente consorciada ativo e passivo, referente a saldos a receber e a pagar entre a controlada indireta da Companhia, CNO de Panamá e os consórcios nesse país. Por fim, foi reclassificado os montantes de R\$ 9.106 da controlada indireta OPIC e R\$ 7.956 da controlada indireta CNO Suc. Peru de “outros passivos” para “conta corrente consorciada” referente a saldos de consórcios no Peru; e
- Reclassificado o saldo inicial do ajuste de avaliação patrimonial para prejuízos acumulados referente a realização do saldo de variação cambial na conversão de balanço em moeda estrangeira oriundo do encerramento da empresa Odebrecht International Participation S.a r.L. O impacto dessa reclassificação também é reapresentado na Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto).

Demonstração do Resultado do Exercício:

- Reclassificação dos montantes de cada rubrica do Resultado do Exercício de Operações Continuadas para Operações Descontinuadas das controladas e coligadas da Companhias nas geografias definidas pela Administração como não operacionais, sendo as principais: Argentina, Equador, México e República Dominicana.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconciliação do balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2022

| | Efeitos de reapresentação | | | | Efeitos de reapresentação | | |
|--|---|------------------|--|---|---|-----------------|--|
| | 31 de dezembro de 2022 (Originalmente apresentado) | Ajustes | 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) | | 31 de dezembro de 2022 (Originalmente apresentado) | Ajustes | 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) |
| Ativo | | | | Passivo e patrimônio líquido | | | |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 433.800 | | 433.800 | Empréstimos e financiamentos | 453.000 | | 453.000 |
| Contas a receber de clientes | 1.502.035 | (396.199) | 1.105.836 | Arrendamento | 25.269 | | 25.269 |
| Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros | 605.606 | | 605.606 | Fornecedores e subempreiteiros | 4.231.897 | | 4.231.897 |
| Tributos a recuperar | 519.648 | | 519.648 | Impostos, taxas, salários e contribuições sociais | 852.316 | | 852.316 |
| Estoques | 241.511 | | 241.511 | Adiantamentos recebidos de clientes | 1.634.508 | | 1.634.508 |
| Contas correntes com consorciadas | 454.451 | (122.491) | 331.960 | Contas correntes com consorciadas | 473.345 | (25.984) | 447.361 |
| Despesas antecipadas | 37.032 | | 37.032 | Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos | 467.804 | | 467.804 |
| Outros ativos | 613.902 | 79.445 | 693.347 | Outros passivos | 662.521 | (17.062) | 645.459 |
| | <u>4.407.985</u> | <u>(439.245)</u> | <u>3.968.740</u> | | <u>8.800.660</u> | <u>(43.046)</u> | <u>8.757.614</u> |
| Ativos não circulante mantidos para venda | 334.178 | | 334.178 | Não circulante | | | |
| Não circulante | | | | Empréstimos e financiamentos | 4.656.984 | | 4.656.984 |
| Realizável a longo prazo | | | | Arrendamento | 120.873 | | 120.873 |
| Aplicações financeiras | 91.959 | | 91.959 | Fornecedores e subempreiteiros | 50.374 | | 50.374 |
| Partes relacionadas | 1.476.083 | | 1.476.083 | Impostos, taxas, salários e contribuições sociais | 34.690 | | 34.690 |
| Contas a receber de clientes | 2.010.737 | 396.199 | 2.406.936 | Adiantamentos recebidos de clientes | 6.959.728 | | 6.959.728 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 904.664 | | 904.664 | Partes relacionadas | 1.612.656 | | 1.612.656 |
| Tributos a recuperar | 175.231 | | 175.231 | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 713.445 | | 713.445 |
| Despesas antecipadas | 8.500 | | 8.500 | Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos | 3.602.991 | | 3.602.991 |
| Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros | 21.250 | | 21.250 | Provisão para passivo a descoberto de coligadas | 952.197 | | 952.197 |
| Depósitos judiciais | 141.814 | | 141.814 | Outros passivos | 134.864 | (10.468) | 124.396 |
| Outros ativos | 436.905 | (10.468) | 426.437 | | <u>18.838.802</u> | <u>(10.468)</u> | <u>18.828.334</u> |
| | <u>5.267.143</u> | <u>385.731</u> | <u>5.652.874</u> | Passivo a descoberto | | | |
| | | | | Capital social | 448.900 | | 448.900 |
| | | | | Transações de capital | 13.366 | | 13.366 |
| | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | 1.486.037 | (164.454) | 1.321.583 |
| | | | | Prejuízos acumulados | (18.658.504) | 164.454 | (18.494.050) |
| | | | | | <u>(16.710.201)</u> | | <u>(16.710.201)</u> |
| Sociedades coligadas | 276.719 | | 276.719 | Participação dos não controladores | (79.898) | | (79.898) |
| Imobilizado | 492.987 | | 492.987 | | <u>(16.790.099)</u> | | <u>(16.790.099)</u> |
| Intangível | 32.596 | | 32.596 | | | | |
| Direito de uso | 37.755 | | 37.755 | | | | |
| | <u>6.441.378</u> | <u>385.731</u> | <u>6.827.109</u> | | | | |
| Total do ativo | <u>10.849.363</u> | <u>(53.514)</u> | <u>10.795.849</u> | Total do passivo e do passivo a descoberto | <u>10.849.363</u> | <u>(53.514)</u> | <u>10.795.849</u> |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da demonstração do resultado exercício findo em 31 de dezembro de 2022

| | 2022 | Efeitos de reapresentação | 2022 |
|--|--|--------------------------------------|------------------------|
| | (Originalmente apresentado) | Ajustes | (Reapresentado) |
| Operações continuadas | | | |
| Receita líquida de serviços e vendas | 4.683.507 | (154.526) | 4.528.981 |
| Custo dos serviços prestados | (3.861.704) | (20.027) | (3.881.731) |
| Lucro bruto | 821.803 | (174.553) | 647.250 |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas e com vendas | (1.372.405) | 632.454 | (739.951) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 839.530 | (539.495) | 300.035 |
| Prejuízo operacional | 288.928 | (81.594) | 207.334 |
| Resultado das participações societárias | | | |
| Equivalência patrimonial | (354.568) | 3.522 | (351.046) |
| Resultado financeiro | | | |
| Resultado financeiro, líquido | (205.685) | 164.066 | (41.619) |
| Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda | | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (113.031) | 6.911 | (106.120) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (264.761) | (30.818) | (295.579) |
| Prejuízo das operações continuadas do período | (649.117) | 62.087 | (587.030) |
| Operações descontinuadas | | | |
| Prejuízo das operações descontinuadas do período | 728.217 | (62.087) | 666.130 |
| Prejuízo do período | 79.100 | | 79.100 |
| Atribuível a: | | | |
| Acionistas da Companhia | 74.118 | | 74.118 |
| Participação dos não controladores | 4.982 | | 4.982 |
| | 79.100 | | 79.100 |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconciliação da demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021

| | <u>Atribuível aos acionistas da controladora</u> | | | | | | |
|---|--|------------------------------|--|-----------------------------|---------------------|---|--------------------------------------|
| | <u>Capital social</u> | <u>Transações de capital</u> | <u>Ajuste de avaliação patrimonial</u> | <u>Prejuízos acumulados</u> | <u>Total</u> | <u>Participação dos não controladores</u> | <u>Total do passivo a descoberto</u> |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 448.900 | 13.365 | 348.948 | (18.732.621) | (17.921.408) | (104.420) | (18.025.828) |
| Ajuste de Reapresentação | | | | | | | |
| Prejuízo do exercício | | | | 164.453 | 164.453 | | 164.453 |
| Outros resultados abrangentes | | | (164.453) | | (164.453) | | (164.453) |
| Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado) | 448.900 | 13.365 | 184.495 | (18.568.168) | (17.921.408) | (104.420) | (18.025.828) |
| Total do resultado abrangente do exercício: | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício - R\$ 0,165 por ação do capital social | | | | 74.118 | 74.118 | 4.982 | 79.100 |
| Outros resultados abrangentes | | | 1.137.088 | | 1.137.088 | | 1.137.088 |
| Total do resultado abrangente do exercício | | | 1.137.088 | 74.118 | 1.211.206 | 4.982 | 1.216.188 |
| Transações de capital com os sócios: | | | | | | | |
| Outras movimentações de transações de capital | | 1 | | | 1 | | 1 |
| Outras movimentações de não controladores | | | | | | 19.540 | 19.540 |
| Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) | 448.900 | 13.366 | 1.321.583 | (18.494.050) | (16.710.201) | (79.898) | (16.790.099) |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Contabilidade em Economia Hiperinflacionária

As normas brasileiras de contabilidade (CPC 42/IAS 29) – “Contabilidade em Economia Hiperinflacionária”, requerem a preparação de demonstrações financeiras atualizadas por índices de inflação em economias consideradas hiperinflacionárias, o que ocorre com os ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado das entidades da Companhia na Argentina.

As demonstrações financeiras foram atualizadas em conformidade com o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que é publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (“INDEC”).

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins e estão apresentados conforme Nota 6.

2.8 Contas a receber de clientes

Os saldos de contas a receber de clientes estão apresentadas conforme os valores de realização. Estão também incluídos nos saldos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzido de perda estimada para créditos de realização duvidosa (*impairment*). Na prática, são reconhecidas na medida em que a contraprestação que é incondicional for devida pelo cliente que resulta em valores faturados, ajustados pela perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentados no ativo não circulante, conforme apresentado na Nota 7. Adicionalmente, a Companhia também avalia a expectativa de realização dos créditos, com base nas perdas esperadas conforme detalhado na Nota 3, item c (Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa).

2.9 Estoques

Os estoques são compostos por peças e materiais para aplicação nas obras e são valorizados pelo método do custo médio.

Os estoques de imóveis a comercializar, substancialmente localizados em Angola, são avaliados pelo menor valor entre o valor de custo histórico e o seu valor de realização.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os componentes de obras descontinuadas e materiais fora dos parâmetros de qualidade que impedem o uso seguro. Os saldos de estoques estão apresentados conforme Nota 10.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Contas correntes consorciadas

A Companhia, juntamente com outras empresas, é participante de consórcios para prestação de serviços relacionados ao seu objeto social. Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados aos consórcios. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização, conforme apresentado na Nota 11.

2.11 Partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumento contratual “Contrato de Mútuo” e “contrato de conta corrente e gestão de caixa único”, firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor e estão apresentados conforme Nota 13. A natureza das operações é de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter a incidência de encargos.

2.12 Depósitos judiciais

Os depósitos são apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos.

2.13 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo. Os saldos estão apresentados conforme Nota 12.

2.14 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando (i) seu valor contábil for recuperável por meio de venda; e (ii) quando essa venda for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Os bens do ativo imobilizado e intangível deixam de ser depreciados e/ou amortizados e as participações acionárias em sociedades coligadas, controladas ou em controladas em conjunto deixam de ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial quando classificadas como mantidas para venda.

Uma operação descontinuada é um componente da entidade que foi baixado ou está classificado como mantido para venda e (i) representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; e (iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda.

Operações descontinuadas foram devidamente excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Os saldos de ativos não circulantes mantidos para venda e os resultados do exercício de operações descontinuadas estão apresentados conforme Nota 15.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), relacionados ao reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e de suas respectivas perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros pode ocorrer nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

(i) Custo amortizado: tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Os ativos financeiros da Companhia e suas respectivas classificações são demonstradas na Nota 5.

(ii) Baixa (desreconhecimento) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(iii) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (*impairment*)

Conforme CPC 48 (IFRS 9) a Companhia reconhece uma perda de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas esperadas são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que dificilmente receberá os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

Para fins de mensuração os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Custo amortizado: incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.

(ii) Baixa (desreconhecimento) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.16 Imobilizado

É composto, substancialmente, por máquinas e equipamentos aplicados nos contratos de construção civil.

Os imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e pelas perdas por *impairment*, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 17. Os terrenos não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu a revisão da vida útil dos ativos e essa revisão não produziu efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando for maior do que seu valor recuperável estimado.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são mensurados pela comparação dos resultados da operação de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.17 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

A Companhia mantém basicamente ativos intangíveis com vida útil definida que são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados quanto à redução ao valor recuperável sempre que houver indicativo. O período de amortização e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados a cada exercício.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa que seja consistente com a função dos ativos intangíveis.

(a) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

2.18 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas como arrendatárias avaliam no início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas como arrendatárias aplicam uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para os de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem passivos de arrendamento para fazer pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes.

(a) Ativo de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento, conforme demonstrado na Nota 18.

Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

(b) Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera que sejam pagos sob as garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, pois a taxa de juros implícita no arrendamento não é imediatamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos do arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos de arrendamento (ou seja, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tal pagamento de arrendamento) ou uma mudança na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os saldos de arrendamentos estão apresentados conforme Nota 23.

2.19 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do período de relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, conforme descrito na Nota 22.

2.20 Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de impostos sobre a renda, as quais abrangem o imposto sobre a renda devido pelas sucursais/subsidiárias no exterior e, no caso do Brasil, também a contribuição social sobre o lucro líquido, compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto é reconhecido, respectivamente, no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

No Brasil, a Companhia está sujeita ao regime do Lucro Real Anual que incluem o imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), calculados com base no lucro tributável, sendo aplicada a alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceda R\$ 240 para IRPJ e 9% para CSLL e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

real, quando existente. O lucro tributável reflete o lucro antes dos impostos ajustado por itens não tributáveis e não dedutíveis (itens temporários e permanentes).

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social, esta última no caso dos investimentos no Brasil, e os ajustes temporários decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, no Brasil, são de 25% para o imposto sobre a renda e de 9% para a contribuição social. As alíquotas nominais nos demais países variam de 21% a 32%.

Impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes” de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - *Income Taxes*) e estão apresentados conforme Nota 14.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente em cada país de atuação no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros dos países, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, se não for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.21 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas mantêm convênio de adesão com a Vexty, entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas.

A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total atualizado das quotas dos participantes. Nos termos do regulamento do plano de contribuição definida, não se poderá exigir nenhuma contribuição em pagamento por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 9.075 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 10.261).

Tais benefícios são considerados como plano de contribuição definida, em que o risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, para fins de aplicação do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19 – *Employee Benefits*).

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os benefícios também compreendem: (i) programa de participação nos resultados, que inclui Incentivos de Curto Prazo – ICP e Incentivos de Longo Prazo – ILP; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

2.22 Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social, conforme demonstrado na Nota 25. Este abrange não somente as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela Companhia e que, por decisões dos acionistas, foram incorporados ao Capital Social, representando uma espécie de investimento derivado da renúncia a sua distribuição na forma de dividendos.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

2.23 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas, conforme demonstrado na Nota 25 (c).

2.24 Receitas de Serviços e Vendas

A Companhia e suas controladas registram e mensuram a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mesmo quando prestados sob um único contrato.

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas de serviços e vendas estão apresentadas conforme Nota 26.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de premissas, estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro embasadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas e apresentam risco significativo para as demonstrações financeiras, estão contempladas abaixo:

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base o prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros e outras fontes de receita.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais os prejuízos possam ser utilizados, conforme descrito na Nota 14 (a).

(b) Mensuração do Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

A Companhia e suas controladas usam seu melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa – Contas a Receber

De acordo com o CPC48 – Instrumentos Financeiros, na mensuração da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa a Companhia adotou o critério de abordagem simplificada, tendo em vista que seus recebíveis não contemplam componentes de financiamentos significativos.

Para a mensuração da provisão de perda esperada a Companhia não utilizou uma matriz de provisões por ausência de perdas históricas em suas operações que a levasse a definir um critério de provisão com base nos históricos de perdas. Ao invés disso, a Companhia adotou modelo de matriz geográfica, tendo em vista que o acompanhamento de suas operações está definido geograficamente. Portanto, a cada exercício a Companhia aplica a probabilidade de *Default* de cada país que atua sobre sua exposição de crédito, que representa as contas a receber e direitos a faturar menos os adiantamentos de clientes e passivo de contrato.

Adicionalmente, a Companhia também avalia perdas incorridas oriundas de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do recebível e se esse evento de perda tiver impacto nos fluxos de caixa da Companhia. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração da Companhia usa seu melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Historicamente, a Companhia e suas controladas têm recebido esses créditos mantidos junto às referidas entidades, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas em sua realização. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos.

Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a Companhia e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra (“*down payment*”). Esses adiantamentos são descontados de cada fatura até o final do contrato.

(d) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita nos arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia, como o *rating* de crédito (Nota 23).

(e) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e cujos valores são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (Nota 22).

(f) Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas têm como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de desempenho separadas para as quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço da transação, a Companhia e suas controladas consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de um componente de financiamento significativo, contraprestação não monetária e contraprestação a pagar ao cliente (se houver).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas usam o método de porcentagem de conclusão (“POC”) para contabilizar seus contratos de construção. O uso do método POC requer que a Companhia e suas controladas estimem o estágio de execução de cada contrato até a data base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

A aplicação do método POC ocorre em situações em que for avaliado que a receita deva ser reconhecida ao longo do tempo. Neste caso a Companhia e suas controladas transferem o controle do bem ou serviço ao longo do tempo (Nota 26).

(g) Acordos em conjunto

A Companhia e suas controladas detêm controle conjunto em determinados acordos contratuais que exigem consenso entre os participantes do acordo na tomada das decisões que configuram controle.

A avaliação desses acordos, para determinação da existência de controle conjunto, envolve subjetividade e julgamento.

Os acordos contratuais que conferem à Companhia, ou às suas controladas, e aos demais participantes do acordo, direitos aos ativos líquidos das respectivas sociedades de propósitos específicos são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 16).

Os acordos contratuais que representam direitos sobre ativos e obrigações pelos passivos são tratados como operações em conjunto (*joint operations*). Tais ativos e passivos, bem como as receitas e despesas

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionadas aos seus interesses, são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros e indexadores de preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e no contas a receber.

A gestão de riscos financeiros visa proteger o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas proporcionando acesso a financiamento do seu capital de giro operacional e a programas de investimento. A Companhia não faz uso de *hedge accounting* como instrumento desta gestão.

(a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia, que atua internacionalmente através de suas sucursais, controladas e coligadas está exposta a riscos cambiais uma vez que possui volume significativo de operações no exterior, sendo parte dessas operações expressa em dólares norte-americanos, com alguma exposição às moedas locais, restrita a alguns países específicos.

Adicionalmente, certos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, captados no exterior, são denominados em moeda estrangeira, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

Na análise de viabilidade dos projetos são avaliadas as exposições às moedas dos ativos e passivos e, quando aplicável, são incluídos os custos para contratação de hedge visando a proteção ao risco cambial.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Considerando que a Companhia e suas controladas não têm ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A dívida, em sua maioria denominada em moeda estrangeira, está indexada principalmente a taxas pré-fixadas, com pouca exposição à flutuação das taxas de mercado.

A Companhia e suas controladas analisam sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica, levando em consideração possibilidades de refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges. Com base nessas premissas, a Companhia e suas controladas simulam mudanças razoáveis nas taxas de juros e analisam o impacto sobre os resultados para os passivos que representam as principais posições com juros.

(c) Exposição a riscos de indexadores de preços

Parte considerável dos contratos nos quais a Companhia e suas controladas encontram-se engajadas são contratos a preço fixo. As margens reais de lucro desses contratos podem variar em relação às margens estimadas quando do orçamento de custos no momento da proposição do preço contratual. Tais variações decorrem de: (i) alterações significativas não esperadas no custo dos equipamentos, materiais a serem aplicados ou mão de obra, relacionadas a efeitos inflacionários ou outros inesperados; (ii) dificuldades em obter empréstimos e financiamentos necessários para a execução do contrato ou em obter permissões ou

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aprovações governamentais; (iii) alterações de projeto resultando em custos inesperados; e/ou (iv) atrasos causados por condições climáticas adversas ou falhas de performance de subempreiteiros e/ou fornecedores contratados.

Com o objetivo de minimizar os riscos de indexadores de preços, os contratos a preço fixo performados pela Companhia e suas controladas têm seus orçamentos revisados periodicamente para incluir as confirmações ou inconsistências verificadas em relação aos valores efetivamente realizados. É prática da Companhia e suas controladas discutir a cobrança de pleitos em relação ao preço contratual, resultando em futuros aditivos contratuais que acrescem valor ao referido preço contratado, em decorrência das variações verificadas. Tais aditivos são registrados contabilmente quando de sua assinatura.

(d) Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia e suas controladas buscam manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores investimentos em capital de giro.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno com baixa volatilidade; (ii) buscar pulverização da carteira consolidada, evitando a concentração em poucos títulos, quando possível; e (iii) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

Para mitigar o risco de inadimplência de clientes, a Companhia e suas controladas têm como mecanismo de proteção a prestação do serviço de engenharia e construção mediante faturamentos periódicos e antecipações dos clientes.

Objetivando reduzir o volume de recebíveis em atraso, a Companhia e suas controladas têm adotado a política de descentralizar a negociação para recebimento no âmbito administrativo junto aos referidos clientes, delegando essa responsabilidade para os níveis administrativos responsáveis pelo acompanhamento de cada contrato. Caso nessas ações administrativas não seja obtido sucesso, a cobrança desses valores ocorrerá pela via judicial.

Além disso, a Companhia e suas controladas têm como prática buscar maior seletividade de clientes, tendo aumentado a participação da receita advinda dos clientes privados ou para clientes do setor público que a Companhia e suas controladas entendem possuir capacidade de geração independente de recursos, e que não são dependentes de orçamentos públicos para liquidar suas obrigações (substancialmente empresas de economia mista), assim como participam em contratos em que os pagamentos são financiados por agências de exportação, agências multilaterais, bancos comerciais, fundos de pensão e investidores privados.

Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a Companhia e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra (“*down payment*”). Esses adiantamentos são descontados do recebimento de cada fatura até o final do contrato.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia e suas controladas têm como prática trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico, sempre que possível, ponderando as concentrações de acordo com os preços observados diariamente no mercado.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

4.2 Gestão de capital

Conforme detalhado na Nota 19 (c), o endividamento bruto da Companhia é de longo prazo e convergente com a expectativa de retomada de porte e liquidez da Companhia, nos próximos anos.

| | Nota | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|--|-------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Total dos empréstimos e financiamentos | 19 (a) | 5.347.174 | 5.109.984 |
| Menos: caixa e equivalente de caixa | 6 | (441.762) | (433.800) |
| Dívida líquida | | <u>4.905.412</u> | <u>4.676.184</u> |
| Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) | | <u>(16.609.043)</u> | <u>(16.790.099)</u> |
| Total do capital | | <u>(11.703.631)</u> | <u>(12.113.915)</u> |
| Índice de alavancagem financeira - % | | <u>N/A</u> | <u>N/A</u> |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

| | Ativo mensurado a valor justo através do resultado | Custo amortizado | Total |
|---|---|-------------------------|----------------------------------|
| 31 de dezembro de 2023 | | | |
| Ativos, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Caixa e bancos | | 331.962 | 331.962 |
| Investimento de curto prazo | 109.800 | | 109.800 |
| Aplicações financeiras | | 83.434 | 83.434 |
| Contas correntes com consorciadas | | 339.056 | 339.056 |
| Contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos | 100.695 | 4.071.004 | 4.171.699 |
| Ativos não circulante mantidos para venda | 325.832 | | 325.832 |
| Partes relacionadas | 375.497 | 1.097.134 | 1.472.631 |
| | 911.824 | 5.922.590 | 6.834.414 |
| Passivos, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | 5.347.174 | 5.347.174 |
| Arrendamento | | 158.289 | 158.289 |
| Fornecedores, subempreiteiros e outros passivos | | 4.884.141 | 4.884.141 |
| Contas correntes com consorciadas | | 443.697 | 443.697 |
| Partes relacionadas | | 1.743.519 | 1.743.519 |
| | | 12.576.820 | 12.576.820 |
| | Ativo mensurado a valor justo através do resultado | Custo amortizado | Total (Reapresentado) |
| 31 de dezembro de 2022 | | | |
| Ativos, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Caixa e bancos | | 325.322 | 325.322 |
| Investimento de curto prazo | 108.478 | | 108.478 |
| Aplicações Financeiras | | 91.959 | 91.959 |
| Contas correntes com consorciadas | | 331.960 | 331.960 |
| Contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos | 55.071 | 4.719.299 | 4.774.370 |
| Ativos não circulante mantidos para venda | 334.178 | | 334.178 |
| Partes relacionadas | 371.758 | 1.104.325 | 1.476.083 |
| | 869.485 | 6.572.865 | 7.442.350 |
| Passivos, conforme o balanço patrimonial | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | 5.109.984 | 5.109.984 |
| Arrendamento | | 146.142 | 146.142 |
| Fornecedores, subempreiteiros e outros passivos | | 5.052.126 | 5.052.126 |
| Contas correntes com consorciadas | | 447.361 | 447.361 |
| Partes relacionadas | | 1.612.656 | 1.612.656 |
| | | 12.368.269 | 12.368.269 |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|-------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Liquidez imediata | 244.581 | 204.540 |
| Caixa países (i) | 93.763 | 201.120 |
| Consórcios (ii) | 103.418 | 28.140 |
| | <u>441.762</u> | <u>433.800</u> |

- (i) Considera países com eventuais restrições de movimentação/envio de recursos para fora do respectivo país, tais como: judiciais, cambiais e legislações próprias, não estando sujeitos, no entanto, a restrições para uso local.
- (ii) Considera caixa de consórcios, na proporção da sua participação, e serão utilizados para as obrigações dos mesmos.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes e adiantamento recebidos de clientes

Os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes estão apresentados por geografia, conforme segue:

| 31 de dezembro de 2023 | | | | | | | | |
|------------------------|---------------------------------------|--------------------|--------------------|------------------|--|---------------------------|------------------|--|
| Principais países | Contas a Receber e Direitos a Faturar | | | | Adiantamento de Clientes e Passivos de Contratos | | | |
| | Contas a Receber (ii) | Direitos a Faturar | PECLD | Total | Adiantamento de Clientes (i) (ii) | Passivos de contratos (i) | Total | |
| Angola | 794.966 | 810.636 | (202.491) | 1.403.111 | 778.468 | 2.381.699 | 3.160.167 | |
| Brasil | 594.287 | 668.000 | (418.716) | 843.571 | 212.246 | 75.109 | 287.355 | |
| EUA | 116.668 | | (110.663) | 6.005 | | 7.886 | 7.886 | |
| Panamá | 182.378 | 5.318 | (902) | 186.794 | 2.829 | 46.227 | 49.056 | |
| Peru | 237.108 | | (157.315) | 79.793 | 59.964 | | 59.964 | |
| Rep. Dominicana | 309.316 | | (290.781) | 18.535 | | 108.906 | 108.906 | |
| Outros (iii) | 2.804.315 | 247.105 | (2.710.276) | 341.144 | 4.091.427 | 18.758 | 4.110.185 | |
| | 5.039.038 | 1.731.059 | (3.891.144) | 2.878.953 | 5.144.934 | 2.638.585 | 7.783.519 | |
| | | | Circulante | 1.215.108 | | Circulante | 1.525.559 | |
| | | | Não circulante | 1.663.845 | | Não circulante | 6.257.960 | |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 31 de dezembro de 2022 | | | | | | | |
|--------------------------|-------------------------------|---------------------------|--------------------|------------------|--|----------------------------------|------------------|--|
| | (Reapresentado) | | | | | | | |
| | Contas a Receber e | | | | Adiantamento de Clientes e | | | |
| | Direitos a Faturar | | | | Passivos de Clientes e | | | |
| | PECLD | | | | Contratos | | | |
| Principais países | Contas a Receber (ii) | Direitos a Faturar | PECLD | Total | Adiantamento de Clientes (i) (ii) | Passivos de contratos (i) | Total | |
| Angola | 822.557 | 884.008 | (231.638) | 1.474.927 | 769.962 | 2.805.914 | 3.575.876 | |
| Brasil | 672.838 | 748.200 | (373.517) | 1.047.521 | 255.970 | 48.834 | 304.804 | |
| EUA | 119.267 | | (119.267) | | | | | |
| Panamá | 476.243 | 44.120 | (2.599) | 517.764 | 4.055 | 68.195 | 72.250 | |
| Peru | 301.165 | | (165.605) | 135.560 | 170.179 | | 170.179 | |
| Rep. Dominicana | 349.892 | | (313.461) | 36.431 | | 110.775 | 110.775 | |
| Outros (iii) | 2.950.369 | 282.923 | (2.932.723) | 300.569 | 4.358.856 | 1.496 | 4.360.352 | |
| | 5.692.331 | 1.959.251 | (4.138.810) | 3.512.772 | 5.559.022 | 3.035.214 | 8.594.236 | |
| | | | Circulante | 1.105.836 | | Circulante | 1.634.508 | |
| | | | Não circulante | 2.406.936 | | Não circulante | 6.959.728 | |

- (i) Referem-se a adiantamentos de clientes recebidos geralmente quando da assinatura de contratos, para execução de determinadas obras, os quais são honrados com a prestação de serviços prevista contratualmente, durante o prazo de execução estipulado em contrato. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas também são registrados na rubrica “Adiantamentos recebidos de clientes”, denominado como passivo de contrato, no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra.
- (ii) Os saldos de partes relacionadas estão apresentados nas rubricas “Contas a receber” e “Adiantamento de Clientes” com saldos nos valores de R\$ 374.432 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 417.239) e R\$ 63.893 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 176.577), respectivamente, conforme nota 13 (b).
- (iii) Contempla substancialmente os países Venezuela, Líbia, Gana, Guatemala e Equador.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|--------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Brasil | 160.616 | 44.858 |
| Exterior (i) | 488.008 | 581.998 |
| Total | 648.624 | 626.856 |
| | Circulante | 605.606 |
| | Não circulante | 21.250 |

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, os saldos do exterior estão representados, substancialmente, por adiantamentos a fornecedores de projetos em Angola, Gana e República Dominicana, os quais totalizavam 90% (31 de dezembro de 2022 - 93%).

9 Tributos a recuperar

| | 31 de dezembro de 2023 | | | 31 de dezembro de 2022 | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------|----------------|-----------------------------------|-----------------|----------------|
| | Brasil | Exterior | Total | Brasil | Exterior | Total |
| Ativos - compensáveis | | | | | | |
| Antecipação de Imposto de renda | 14.893 | 94.899 | 109.792 | 12.053 | 70.631 | 82.684 |
| Tributos Indiretos | 7.082 | 261.060 | 268.142 | 39.228 | 326.775 | 366.003 |
| Impostos retidos na fonte | 14.056 | 55.251 | 69.307 | 19.090 | 1.506 | 20.596 |
| Outros (i) (ii) | 162.200 | 4.171 | 166.371 | 222.094 | 3.502 | 225.596 |
| | 198.231 | 415.381 | 613.612 | 292.465 | 402.414 | 694.879 |
| | | | 477.646 | | | 519.648 |
| | | | 135.966 | | | 175.231 |

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrado em seu ativo o valor de R\$ 102.592 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 123.193) referente a créditos previdenciários, segregado entre circulante no valor de R\$ 42.248 e não circulante no valor de R\$ 60.344. O crédito decorre de ação transitada em julgado com o reconhecimento de não incidência de contribuição previdenciária sobre verbas de natureza indenizatória (aviso prévio indenizado, 1/3 de férias e afastamento em caso de auxílio-doença/acidente).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrado em seu ativo o valor de R\$ 48.581 referente a crédito tributário habilitado em dezembro de 2022 no montante de R\$ 52 milhões, decorrente de processo transitado em julgado, no qual se discutia a glosa de despesas computadas na base de cálculo do IRPJ e da CSLL referentes aos períodos de 1988 a 1991, recolhidos entre maio de 1993 a dezembro de 1994.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Estoques

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Materiais para aplicação em obras (i) | 87.728 | 141.396 |
| Imóveis negociáveis (ii) | 73.653 | 84.979 |
| Importações e exportações em andamento | 2.085 | 8.280 |
| Estoques em poder de terceiros | 7.030 | 3.075 |
| Estoques em trânsito | 559 | 190 |
| Adiantamentos a fornecedores | 2.480 | 3.591 |
| | 173.535 | 241.511 |

(i) Refere-se, substancialmente, a materiais para aplicação nos projetos: Prosub (Brasil) e Terminal Oceânico da Barra do Dande (Angola).

(ii) Refere-se, substancialmente, a estoques de imóveis à venda em Angola.

11 Contas correntes com consorciadas

| | Contas correntes com consorciadas | | | |
|--------------------------|---|-----------------------------------|---|-----------------------------------|
| | Ativo Circulante (Reapresentado) | | Passivo Circulante (Reapresentado) | |
| Principais países | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
| Brasil (i) | 243.326 | 240.360 | 51.501 | 50.490 |
| Panamá | 29.044 | 31.302 | | |
| Portugal | 14.597 | 16.222 | | |
| Rep. Dominicana | 52.089 | 44.076 | | |
| Peru | | | 17.159 | 17.062 |
| Outros | | | 375.037 | 379.809 |
| | 339.056 | 331.960 | 443.697 | 447.361 |

(i) Em 31 de dezembro de 2023, contempla o valor de R\$ 90.290 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 89.022), referente a transação com parte relacionada conforme demonstrado na nota 13 (b).

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Outros ativos – circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros ativos no circulante e não circulante estão pulverizados em diversas naturezas, com destaque para os seguintes saldos:

- i) notas de débitos e faturas emitidas contra empresas do Grupo Novonor no montante de R\$ 392.797 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 353.891), conforme mencionado na Nota 13 (b);
- ii) outras contas a receber referentes ao distrato celebrado entre o CEL6 com a Concessionária Move São Paulo S.A., tendo como intervenientes anuentes a Linha Universidade Participações S.A. (“Nova Concessionária”) e a Acciona Construcción S.A., ficando a Nova Concessionária obrigada a pagar ao CEL6 o valor de R\$ 24.811 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 35.068), atribuível a Companhia;

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Partes relacionadas

(a) Movimentação dos saldos de partes relacionadas

| | <u>31 de dezembro de 2022</u> | <u>Adições (iii)</u> | <u>Baixas (iv)</u> | <u>Juros</u> | <u>Variação cambial</u> | <u>Reversão (provisão) para perdas</u> | <u>Ajuste a valor presente</u> | <u>Transferências / Compensações</u> | <u>31 de dezembro de 2023</u> |
|--|-----------------------------------|----------------------|--------------------|---------------|-----------------------------|--|------------------------------------|--|-----------------------------------|
| Ativo não circulante | | | | | | | | | |
| Sociedades do Grupo Novonor | | | | | | | | | |
| Novonor (vi) | 166.850 | | | 1.850 | (11.079) | 8.820 | | | 166.441 |
| Novonor International Corporation ("NVNIC") (vi) | 46.688 | | | 21.199 | (3.408) | (19.778) | | | 44.701 |
| Novonor Finance Limited ("NFL") | <u>804.555</u> | | | | <u>(59.090)</u> | <u>56.364</u> | | | <u>801.829</u> |
| Total - Empresas em recuperação judicial (i) | <u>1.018.093</u> | | | <u>23.049</u> | <u>(73.577)</u> | <u>45.406</u> | | | <u>1.012.971</u> |
| Demais empresas consolidadas da NPI (ii) (vi) | 20.040 | 6.690 | | 1.141 | (2.083) | (333) | | | 25.455 |
| Novonor Properties Investimentos S.A. ("Novonor Properties") - Controladas | 548 | | | | | | | | 548 |
| Biocom – Cia de Bioenergia de Angola Ltd. - "Biocom" (c) | 371.758 | 24.506 | | 38.117 | (27.639) | | (31.245) | | 375.497 |
| Complexo Maracanã Entretenimento S/A | 861 | | | | | | | | 861 |
| Consorcio Constructor Ductos Del Sur | 15.235 | 972 | (8.603) | | (743) | | | | 6.861 |
| Odebrecht Engenharia (vi) | 46.843 | | | | (121.914) | 123.502 | | | 48.431 |
| Outros | <u>2.705</u> | | | | <u>(662)</u> | | | <u>(36)</u> | <u>2.007</u> |
| Total - Demais empresas do Grupo | <u>457.990</u> | <u>32.168</u> | <u>(8.603)</u> | <u>39.258</u> | <u>(153.041)</u> | <u>123.169</u> | <u>(31.245)</u> | <u>(36)</u> | <u>459.660</u> |
| | <u>1.476.083</u> | <u>32.168</u> | <u>(8.603)</u> | <u>62.307</u> | <u>(226.618)</u> | <u>168.575</u> | <u>(31.245)</u> | <u>(36)</u> | <u>1.472.631</u> |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 31 de dezembro de 2022 | Reestruturação Societária (v) | Adições (iv) | Baixas (iii) | Juros | Varição cambial | Transferências / Compensações | 31 de dezembro de 2023 |
|---|------------------------|-------------------------------|----------------|-----------------|---------------|-----------------|-------------------------------|------------------------|
| Passivo não circulante | | | | | | | | |
| Sociedades do Grupo Novonor | | | | | | | | |
| Novonor | 153.529 | | | (1.569) | | | | 151.960 |
| NVNIC | 46.689 | | 98.247 | (10.287) | 9.075 | (3.412) | (95.610) | 44.702 |
| NSP | 870.950 | | | | | | | 870.950 |
| Total - Empresas em recuperação judicial (i) | 1.071.168 | | 98.247 | (11.856) | 9.075 | (3.412) | (95.610) | 1.067.612 |
| Demais empresas consolidadas da NPI (ii) | 423.505 | | 29.806 | (9.496) | 8.134 | (21.915) | 2 | 430.036 |
| Consorcio Constructor Ductos Del Sur | 38.520 | | 3.990 | (6.906) | | (3.910) | | 31.694 |
| Consorcio Constructor Chavimochic | 1.159 | | 3.152 | (3.143) | | (84) | | 1.084 |
| Horiens Consultoria e Corretora de Seguros Ltda | 30.812 | | | (5.902) | 13 | | | 24.923 |
| Horiens Ltda | 10.541 | | | (8.932) | 57 | (158) | | 1.508 |
| Odebrecht Realizações ("OR") | 6.497 | | | | | | | 6.497 |
| Odebrecht Engenharia | 24.432 | | | | | | | 24.432 |
| CMC | | 158.549 | 1.851 | (6.732) | | (2.972) | | 150.696 |
| Outros | 6.022 | | 3.977 | (4.556) | | (406) | | 5.037 |
| Total - Demais empresas do Grupo | 541.488 | 158.549 | 42.776 | (45.667) | 8.204 | (29.445) | 2 | 675.907 |
| | 1.612.656 | 158.549 | 141.023 | (57.523) | 17.279 | (32.857) | (95.608) | 1.743.519 |

- (i) O saldo dos passivos líquidos da Companhia e empresas controladas com Sociedades e outras partes relacionadas do Grupo Novonor em Recuperação Judicial é R\$ 40.686.
- (ii) Refere-se a saldos com empresas consolidadas da Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“NPI”), que não estão em Recuperação Judicial sendo elas: Odebrecht Latinvest Peru SAC, Odebrecht Latinvest Luxemburgo, Odebrecht Energía Del Peru, Technik Invest SAC, Odebrecht Latinvest Peru Ductos S.A., Concessionaria IIRSA Norte S.A., Concessionaria Interoceánica Sur Tramo 2 S.A., Concessionaria Interoceanica Sur Tramo 3 S.A., Bairro Novo Empreendimentos S.A., Inversiones en Infraestructura de Transporte Por Ductos S.A.C. e Concessionaria Chavimochic S.A.C. (“Concecionaria Chavimochic”).
- (iii) Em 2023 a Companhia enviou recursos, substancialmente a título de mútuo, no montante total de R\$ 89.691 sendo o efeito não caixa de R\$ 19.770.
- (iv) Em 2023 a Companhia recebeu recursos, substancialmente a título de mútuo, o montante de R\$ 149.626, sendo efeito não caixa R\$ 49.795 e efeito caixa o valor de R\$99.831, do qual R\$ 98.247 refere-se ao mútuo junto a NVNIC. O referido mútuo foi quitado em dezembro de 2023 mediante compensação com demais saldos de partes relacionadas, conforme mencionado no item b, referência xi.
- (v) Conforme informado na nota 1, item c (reestruturação societária), em 15 de dezembro de 2023 foi alienado a totalidade da participação OSEL, a qual detém o controle integral da empresa panamenha denominada CMC. Oriundo dessa reestruturação, a CMC passou a ser consolidada indiretamente pela empresa Neoinvest. Sendo assim, os saldos passivos de partes relacionadas mantidos entre as empresas indiretas da Companhia e a CMC passaram, nesta data, a incorporar os passivos da Companhia no montante de R\$158.549.
- (vi) Saldos de partes relacionadas apresentados pelo valor líquido de provisão para perda.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras transações com partes relacionadas:

| | 31 de dezembro de 2022 | Adições | Baixas | Juros | Reversão provisão para perdas | Ajuste a valor presente | Variação cambial | Transferências | 31 de dezembro de 2023 |
|---|------------------------|---------|-----------|--------|-------------------------------|-------------------------|------------------|----------------|------------------------|
| Ativo circulante e não circulante | | | | | | | | | |
| Conta corrente com consorciadas | | | | | | | | | |
| Novonor Serviços e Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("NSP") | 89.022 | 1.268 | | | | | | | 90.290 |
| Total - Empresas em recuperação judicial (i) (nota 11) | 89.022 | 1.268 | | | | | | | 90.290 |
| Contas a receber | | | | | | | | | |
| NSP | 4 | | | | | | | | 4 |
| Edifício Odebrecht RJ S.A. | 5 | | | | | | | | 5 |
| NPE (Novonor Participações em Engenharia) | 271 | | | | | | | | 271 |
| Total - Empresas em recuperação judicial (i) | 280 | | | | | | | | 280 |
| Demais empresas controladas da NPI (ix) | 136.408 | 8.355 | (41.345) | | | | (5.278) | | 98.140 |
| Consortio Construtor Chavimochic - Peru | 375 | | | | | | (27) | | 348 |
| Biocom (c) | 22.130 | 21 | (34) | | | 25.011 | (10.869) | | 36.259 |
| SPV Andrade Gíterez Odebrecht Ltd ("SPV") | 76.204 | 5.838 | | | | | (5.676) | | 76.366 |
| Odebrecht Ambiental Participações | 128 | | | | | | | | 128 |
| Novonor Defesa e Tecnologia | 123 | 7.855 | (7.009) | | | | | | 969 |
| Braskem S.A. ("Braskem") | 8.745 | 189.098 | (197.364) | | | | | | 479 |
| Novonor Properties - Controladas (vii) | 89.947 | | | | | | | | 89.947 |
| Novonor Energia Investimentos S.A. ("Novonor Energia") - Controladas (viii) | 12.768 | | | | | | | | 12.768 |
| OR | 23.886 | | | | | | | | 23.886 |
| Concessionária Rio Barra | | 743 | (586) | | | | | | 157 |
| Outros - Ativo | 46.245 | 585 | (11.078) | | | | (147) | | 34.705 |
| Total - Demais empresas do Grupo | 416.959 | 212.495 | (258.316) | | | 25.011 | (21.997) | | 374.152 |
| Total (Nota 7) | 417.239 | 212.495 | (258.316) | | | 25.011 | (21.997) | | 374.432 |
| Outros ativos | | | | | | | | | |
| Novonor | 2.196 | 1.458 | (2.203) | | | | (85) | | 1.366 |
| NPI | 1.392 | 361 | (70) | | | | | | 1.683 |
| NSP | 969 | 381 | (419) | | | | | | 931 |
| NPE (Novonor Participações em Engenharia) | 39 | 966 | (1.004) | | | | | | 1 |
| Novonor Properties | 5.398 | 1.242 | (263) | | | | | | 6.377 |
| Edifício Odebrecht RJ S.A. | 272 | 2 | | | | | | | 274 |
| Novonor Energia | 2.601 | 339 | (11) | | | | | | 2.929 |
| Atvos - Agroindustrial S.A. ("Atvos") | 269 | 225 | (239) | | 12.054 | | | (11.854) | 455 |
| Total - Empresas em recuperação judicial (x) | 13.136 | 4.974 | (4.209) | | 12.054 | | (85) | (11.854) | 14.016 |
| Demais empresas controladas da NPI | 43.243 | 12.353 | (8.698) | | | | (1.217) | | 45.681 |
| Biocom (c) | 32.941 | 8.224 | | | | 28.438 | (5.427) | | 64.176 |
| Odebrecht Ambiental Participações | 4.022 | 325 | (341) | | | | | | 4.006 |
| Braskem | 1.169 | 87 | | | | | | | 1.256 |
| OTP - Investidas | 51.867 | 1.232 | (1.243) | | | | (3.917) | | 60.769 |
| OR | 33.797 | 7.313 | (220) | 12.830 | | | | | 40.890 |
| Novonor Energia - controladas | 2.511 | 61 | | | | | | | 2.572 |
| Ocyan S.A. | 116 | 345 | (357) | | | | | | 104 |
| Novonor Defesa e Tecnologia | 2.341 | 280 | (327) | | | | | | 2.294 |
| Odebrecht Engenharia | 10.122 | 67 | (14) | | | | (748) | | 9.427 |
| AOT Pipelines S.A.P.L. DE C.V. | 1.996 | | | | | | (131) | | 1.865 |
| Neo Invest (xi) | | 95.610 | | | | | | (95.610) | |
| Sociedade de Desenvolvimento Mineiro ("SDM") | 155.600 | 105 | (30) | | | | (11.226) | 6 | 144.455 |
| Concessionária Rio Barra | 304 | | | | | | | | 304 |
| Outros - Ativo | 696 | 1.161 | (1.132) | | | | (7) | 264 | 982 |
| Total - Demais empresas do Grupo (x) | 340.725 | 127.163 | (12.362) | 12.830 | | 28.438 | (22.673) | (95.340) | 378.781 |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vii) Refere-se, substancialmente, a Arena Pernambuco.
- (viii) Refere-se, substancialmente, a Santo Antônio Energia.
- (ix) Refere-se, principalmente, aos saldos com empresas controladas da NPI, que não estão em Recuperação Judicial, sendo elas: Concessionaria IIRSA Sur Tramo 2 (R\$ 68.924), Odebrecht Peru Operaciones y Servicios SAC (R\$ 13.150) e IIRSA Sur Tramo 2 (R\$13.868).
- (x) Conforme mencionado na nota 12, referem-se a notas de débitos e faturas emitidas contra empresas do Grupo Novonor no montante de R\$ 392.797 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 353.861).
- (xi) Em 15 de dezembro de 2023 foi alienado a totalidade da participação OSEL para a Neoinvest. A quitação ocorreu mediante compensação de saldo com partes relacionadas, conforme mencionado na nota 1 item c (reestruturação societária) e nota 13 item a referência v.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 31 de dezembro de 2022 | Adições | Baixas | Variação cambial | Transferências | 31 de dezembro de 2023 |
|--|-----------------------------------|----------------|------------------|-----------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| Passivo circulante e não circulante | | | | | | |
| Fornecedores | | | | | | |
| Novonor | 11.665 | | | (409) | | 11.256 |
| NSP | 22.628 | | (1.459) | | | 21.169 |
| Novonor Properties | 42 | | | | | 42 |
| Edifício Odebrecht RJ S.A. | 41.860 | 1.176 | | | | 43.036 |
| Atvos | 870 | | | | | 870 |
| Total - Empresas em recuperação judicial (xiii) (i) | 77.065 | 1.176 | (1.459) | (409) | | 76.373 |
| Braskem México | 1.647 | | (7) | (104) | | 1.536 |
| AOT Pipelines S.A.P.I. DE C.V. | 21.454 | | | (1.409) | | 20.045 |
| SPV | 213.665 | 59.668 | | (17.106) | | 256.227 |
| Odebrecht Engenharia | 10.019 | | | (748) | | 9.271 |
| Outros - Passivo | 1.279 | 71 | (40) | (1) | | 1.309 |
| Total - Demais empresas do Grupo (xiii) | 248.064 | 59.739 | (47) | (19.368) | | 288.388 |
| Adiantamentos recebidos de clientes | | | | | | |
| Demais empresas controladas da NPI (xii) | 169.787 | 30.233 | (135.906) | (5.876) | | 58.238 |
| Novonor Energia - controladas | 6.752 | | (1.135) | | | 5.617 |
| Outros - passivo | 38 | | | | | 38 |
| Total - Demais empresas do Grupo (Nota 7) | 176.577 | 30.233 | (137.041) | (5.876) | | 63.893 |
| Outros passivos | | | | | | |
| Novonor | 242 | | | | | 242 |
| Total - Empresas em recuperação judicial (i) | 242 | | | | | 242 |
| OR | 5.209 | 1.565 | (3.223) | | | 3.551 |
| Demais empresas consolidadas na NPI | 5.290 | 11.070 | (9.384) | (675) | | 6.301 |
| SDM | 51.476 | | | (2.073) | | 49.403 |
| Outros - Passivo | 119 | | | | | 119 |
| Total - Demais empresas do Grupo | 62.094 | 12.635 | (12.607) | (2.748) | | 59.374 |

(xii) Refere-se as empresas: Concessionária IIRSA Norte, Odebrecht Peru Operaciones y Servicios SAC, Concessionária Chavimochic e Concessionária IIRSA Sur Tramo 3.

(xiii) O total de saldos de fornecedores com partes relacionadas somam R\$ 364.761 - (31 de dezembro de 2022 – R\$ 325.129).

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Créditos com a Biocom – Companhia de Bioenergia de Angola Ltd.

A Companhia através de suas controladas diretas e indiretas no Brasil e no Exterior, mantém saldos em aberto no balanço nas rubricas de partes relacionadas, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes e não circulantes com a coligada Biocom, oriundos de faturas de exportação de bens e serviços e mútuos efetuados a título de prestações suplementares ocorridos entre os períodos de 2010 até o momento.

Em 19 de agosto de 2022 e 14 de setembro de 2022, a Biocom, juntamente com os bancos locais (Banco Angolano de Investimentos – BAI, Banco de Fomento Angola – BFA e Banco Econômico – BE), assinaram o terceiro aditivo ao contrato de Abertura de Crédito para reestruturação de sua dívida.

Oriundo dessa reestruturação, em 31 de dezembro 2023, foi mensurado o valor justo dos créditos Biocom com base na estimativa de pagamento da dívida reestruturada. O montante dos Créditos Biocom ajustados a valor presente é R\$ 475.929 - US\$ 98.306 milhões (31 de dezembro de 2022 – R\$ 426.829 - US\$ 81.804 milhões).

(d) Remuneração do pessoal chave da administração

| | 31 de dezembro de 2023 | | | 31 de dezembro de 2022 | | |
|----------------------------------|------------------------|---------------------------|---------------|------------------------|---------------------------|---------------|
| | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Total | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Total |
| Remuneração (i) | 9.419 | 3.848 | 13.267 | 9.379 | 4.606 | 13.985 |
| Remuneração de curto prazo (ii) | 185 | 7 | 192 | 155 | 12 | 167 |
| Benefícios - Previdência privada | 258 | | 258 | 250 | | 250 |
| | <u>9.862</u> | <u>3.855</u> | <u>13.717</u> | <u>9.784</u> | <u>4.618</u> | <u>14.402</u> |

- (i) Composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.
- (ii) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, vale refeição e seguro de vida.

Os valores acima representam os pagamentos realizados nos respectivos exercícios.

O pessoal-chave da administração contempla os diretores estatutários da Companhia (“Administradores”).

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 19 de maio de 2023, foi aprovado o valor total de remuneração dos administradores no montante de R\$ 37.132, referente ao ano-calendário de 2023, que inclui Incentivos de Curto Prazo – ICP e Incentivos de Longo Prazo – ILP.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

(a) Reconhecimento do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

| Natureza dos créditos | Ativo não circulante | | Passivo não circulante | |
|-------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
| Prejuízos fiscais | 57.601 | 81.655 | | |
| Base de cálculo negativa | 19.898 | 15.609 | | |
| | 77.499 | 97.264 | | |
| Diferenças temporárias | | | | |
| Provisões | 551.885 | 666.196 | 85 | 105 |
| Varição cambial | | | 763.181 | 529.618 |
| Ajuste a valor presente | 91.817 | 111.906 | | |
| Entidades governamentais | | | 32.031 | 115.583 |
| Outros | 1.503 | 29.298 | | 68.139 |
| | 722.704 | 904.664 | 795.297 | 713.445 |

(b) Recuperabilidade dos ativos de imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentaram posição passiva de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os saldos ativos são compostos, em sua maioria, por prejuízos fiscais e diferenças temporárias, fundamentados na própria realização dessas diferenças, com base no orçamento de resultados futuros, considerando a avaliação das operações individuais de cada pessoa jurídica e país.

Tal orçamento contempla, principalmente, o “backlog” (carteira de receitas já contratadas possuída pela Companhia e suas controladas), acompanhado das novas contratações previstas para os próximos anos e a disponibilização, para fins de tributação, dos resultados auferidos por subsidiárias localizadas no exterior na data do balanço no qual tenham sido apurados.

15 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

(a) Balanço

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|--|------------------------|------------------------|
| Rutas de Lima SAC ("Rutas de Lima") (i) | 298.205 | 312.453 |
| Imobilizado mantido para venda (Peru) (ii) | 27.627 | 21.725 |
| | 325.832 | 334.178 |

(i) Rutas de Lima – Em 28 de junho de 2016, a Odebrecht Latinvest Peru S.A.C. (“OLI SAC”), alienou 57% do capital social da Rutas de Lima em favor da BIF III Peru Transportation I S.A.C. (“BIF”). Nessa mesma operação a BIF obteve a opção de compra de 25% das ações da Rutas de Lima detidas pela CNO, controlada direta da Companhia.

Em 30 de janeiro de 2023, a Rutas de Lima recebeu uma notificação em que o poder concedente (Municipalidad Metropolitana de Lima – “MML”) comunica sua decisão de rescisão do Contrato de Concessão do Projeto Vías Nuevas de Lima (“Contrato de Concessão”), por supostas “razões de interesse público”.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A hipótese de terminação indicada na notificação emitida pela MML não surte efeitos antes da conclusão de um procedimento para o qual se prevê prazo de 180 dias, no qual deverá ser estabelecido o valor e forma de pagamento de uma compensação pelo investimento realizado.

Como já se encontrava em curso uma arbitragem iniciada pela concessionária para compensação de impactos causados à concessão por atos anteriores da MML, a Rutas de Lima requereu ao tribunal arbitral uma medida cautelar para sustar o procedimento de resolução contratual (e acrescentou pedido relacionado à decisão de terminação).

Em junho de 2023, o tribunal arbitral emitiu uma decisão acatando a medida cautelar requerida pela concessionária, e ordenou a suspensão do procedimento de rescisão do Contrato de Concessão até o final da referida demanda arbitral.

Em março de 2024, a Corte Federal do distrito de Washington D.C. (EUA), ratificou a vigência e validade de outros laudos arbitrais seguidas com a MML (emitidos em 2020 e 2022 a favor a Rutas e Lima, ao qual estabeleceu plena validade e vigência do Contrato de Concessão, sua finalidade lícita e o descumprimento da MML com relação as suas obrigações contratuais, entre outros.

Sem prejuízo dos fatos indicados acima, em março de 2024, o Tribunal Constitucional determinou por um pedido de Habeas Corpus por violação do direito fundamental à livre circulação, ordenando a Rutas de Lima a suspensão de cobrança de pedágio em Puente Piedra até que (i) cesse o ato lesivo à liberdade de circulação ou (ii) até que a justiça penal emita pronunciamentos judiciais que determinem se o Contrato de Concessão e seus aditivos tiveram origem ilícita ou não.

Este pedido está gerando prejuízos econômicos e financeiros a Rutas de Lima, ao qual estão sendo estimados por Rutas de Lima, para adotar medidas legais correspondentes, cujo resultado legal destas medidas não irão ocorrer no curto prazo.

No que pese os efeitos econômicos e financeiros, em relação a uma incerteza sobre a continuidade de Rutas de Lima, a Administração de Rutas de Lima assegura a continuidade da operação, considerando os fundamentos legais e contratuais, bem como, o embasamento jurídico sólido, para reverter tal decisão adotada por MML.

A Companhia segue acompanhando o desenvolvimento da demanda arbitral e solicitando a Rutas de Lima toda a informação sobre o assunto, buscando avaliar ações adicionais que permitam mitigar riscos e prover solução, reavaliando possibilidades de alienar de sua participação.

(ii) Imobilizados – A Companhia designou como Ativo não circulante mantido para venda, equipamentos localizados no Peru, conforme plano de vendas, os quais estão mensurados pelo menor valor entre o custo histórico líquido das depreciações e o valor de realização de tais imobilizados.

(b) Demonstração do resultado do exercício

Conforme planejamento estratégico do grupo OEC, o resultado líquido das operações descontinuadas, exercidas pelas controladas e coligadas da Companhia estão assim apresentados por geografia:

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|--|---------------------------------------|
| | 2023 | 2022 (Reapresentado) |
| Argentina | 84.525 | 32.723 |
| Colômbia | (34.189) | 154.175 |
| Equador | (12.406) | (226.686) |
| México | 7.199 | 95.194 |
| Portugal | (21.740) | (89.469) |
| República Dominicana | (2.733) | 138.192 |
| Venezuela | 199.793 | 561.987 |
| Overseas | (14.619) | 1.751 |
| Outros (i) | (338) | (1.737) |
| Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas | 205.492 | 666.130 |
| Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas – por ação | 0,458 | 1,484 |

- (i) Refere-se à descontinuidade de demais países de menor valor, dentre eles, Bolívia, Chile, Emirados Árabes, Guatemala, Guiana, Líbia, Moçambique e Uruguai.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Investimentos

(a) Informações sobre as principais coligadas

| | 31 de dezembro | % de participação da Companhia | Ativos totais | Passivos (Circulantes e Não circulantes) | Patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto) | Receita bruta | Resultado líquido |
|--|----------------|--------------------------------|---------------|--|--|---------------|-------------------|
| NSP Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("NSPInv") (i) (ii) | 2023 | 41,47 | 2.775.802 | 13.979.955 | (11.204.153) | 81.309 | (7.738.746) |
| | 2022 | 41,47 | 3.960.717 | 11.421.195 | (7.460.478) | 90.346 | (1.115.493) |
| SDM (ii) | 2023 | 50,00 | 144.989 | 176.813 | (31.824) | | (85) |
| | 2022 | 50,00 | 58.536 | 190.460 | (131.924) | | 365 |
| CTO - Concessionária Travase Olmos | 2023 | 36,32 | 315.601 | 180.100 | 135.501 | 140.076 | 34.366 |
| | 2022 | 36,32 | 381.468 | 265.198 | 116.270 | 161.016 | 4.993 |
| Elos Ligações de Alta Velocidade S.A. | 2023 | 13,04 | 868.977 | 161.481 | 707.496 | | |
| | 2022 | 13,04 | 904.098 | 168.053 | 736.045 | | |
| SPV | 2023 | 50,00 | 204.185 | 120.355 | 83.831 | 116.244 | 5.943 |
| | 2022 | 50,00 | 184.789 | 100.568 | 84.221 | 157.734 | 9.830 |
| Kulanda Malls | 2023 | 30,00 | 66.351 | 13.872 | 52.479 | 23.153 | (12.968) |
| | 2022 | 30,00 | 114.431 | 43.070 | 71.361 | 4.329 | 14.027 |
| Biocom | 2023 | 40,00 | 3.440.436 | 4.871.932 | (1.431.496) | 456.149 | 740.162 |
| | 2022 | 40,00 | 3.936.744 | 6.286.241 | (2.349.497) | 491.257 | (849.645) |
| AOT Pipelines | 2023 | 33,34 | 75.455 | 12.845 | 62.610 | | (7.030) |
| | 2022 | 33,34 | 77.690 | 12.495 | 65.195 | 4.875 | (3.719) |
| Concessionaria Chavimochic (ii) | 2023 | 20,00 | 29.200 | 198.222 | (169.022) | 146.041 | (195.591) |
| | 2022 | 20,00 | 29.486 | 3.827 | 25.659 | 8.902 | (58.449) |
| Etileno XXI Holding B.V. | 2023 | 50,00 | 71.730 | 272 | 71.458 | | (6) |
| | 2022 | 50,00 | 68.484 | 282 | 68.202 | | (7) |
| Etileno XXI Services B.V. | 2023 | 40,00 | 122.404 | 2.455 | 119.949 | | (1.517) |
| | 2022 | 40,00 | 133.497 | 2.994 | 130.503 | | (1.558) |

- (i) A NSPInv, constituída em 29 de maio de 2015, é sociedade por ações de capital fechado, com sede em São Paulo - SP. Possui participação direta nas controladas: NSP (100%), Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. – Em recuperação judicial (82,30%) e Braskem (38,38%).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023, esses investimentos possuem passivo a descoberto. Adicionalmente, a participação da Companhia nas perdas acumuladas dessas empresas é superior ao valor contábil do investimento. De acordo com as políticas contábeis relacionadas a prática de registro em coligadas e controladas em conjunto, a Companhia não reconhece como passivo a sua participação nas perdas adicionais oriundas desses investimentos.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos e provisão para passivo a descoberto

| Investimentos - Sociedades coligadas | % de participação | País | 31 de dezembro de 2022 | Adições | Baixas | Dividendos | Outros ajustes de investidas | Equivalência patrimonial (i) | Ajustes de conversão | Impairment | Op. Descontinuada | 31 de dezembro de 2023 |
|---|--------------------------|-------------|-------------------------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------------------|
| CTO - Concessionaria Travase Olmos | 36,32 | Peru | 42.229 | | | (2.094) | | 12.482 | (3.403) | | | 49.214 |
| Etileno XXI Holding B.V. | 50,00 | Holanda | 8.587 | | | | 2.921 | (3) | (293) | | | 11.212 |
| Etileno XXI Services B.V. | 40,00 | Holanda | 36.989 | | | | | (607) | (3.019) | | | 33.363 |
| Grand Parkway | 50,00 | EUA | 7.522 | | (6.359) | | | 5.357 | (672) | | | 5.848 |
| SPV | 50,00 | Gana | 42.111 | | | | | 2.971 | (3.167) | | | 41.915 |
| AOT Pipelines | 33,34 | México | 21.736 | | | | | | 1.482 | | (2.344) | 20.874 |
| ELOS - Ligação de Alta Velocidade S.A. | 13,04 | Portugal | 96.010 | 30 | | | | (3.890) | (3.754) | | | 92.286 |
| Kulanda Malls | 30,00 | Angola | 21.410 | | | | | (1.776) | (1.776) | | | 15.744 |
| Outros Investimentos | | | 125 | 51 | (78) | (806) | 2.774 | (982) | (143) | 4.336 | (5.203) | 74 |
| | | | 276.719 | 81 | (6.437) | (2.900) | 5.695 | 15.328 | (14.745) | 4.336 | (7.547) | 270.530 |
| Provisão para passivo a descoberto | % de participação | País | 31 de dezembro de 2022 | Adições | Baixas | Dividendos | Outros ajustes de investidas | Equivalência patrimonial (i) | Ajustes de conversão | Impairment | Op. Descontinuada | 31 de dezembro de 2023 |
| B.SABOR - Bento Pedroso Const. e Lena | 50,00 | Portugal | (12.051) | | | | | | 469 | | | (11.582) |
| Biocom | 40,00 | Angola | (939.799) | | | | | 296.065 | 71.136 | | | (572.598) |
| Outras provisões para passivo a descoberto | | | (347) | | | | | | 18 | | (387) | (716) |
| | | | (952.197) | | | | | 296.065 | 71.623 | | (387) | (584.896) |

(i) O resultado da equivalência patrimonial soma R\$ 311.393.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Imobilizado

| | Terrenos | Edificações e instalações | Máquinas e equipamentos | Veículos e embarcações | Móveis e utensílios | Equipamentos de informática | Construções em andamento | Outros | Total |
|--|---------------|---------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------|-----------------------------|--------------------------|---------------|----------------|
| Custo | 41.223 | 441.711 | 658.710 | 236.577 | 127.070 | 88.121 | 1.536 | 244.786 | 1.839.734 |
| Depreciação/exaustão acumulada | | (110.798) | (616.957) | (197.585) | (112.134) | (85.493) | | (192.000) | (1.314.967) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 41.223 | 330.913 | 41.753 | 38.992 | 14.936 | 2.628 | 1.536 | 52.786 | 524.767 |
| Aquisições | | 21.172 | 21.132 | 7.586 | 6.243 | 7.074 | 509 | 24.328 | 88.044 |
| Baixas, líquidas de depreciação/exaustão | | (48.950) | (13.997) | (291) | (569) | 598 | (1.484) | 7.114 | (57.579) |
| Transferências (i) | | 219 | 11.119 | 76 | 140 | | | (2.069) | 9.485 |
| Depreciação/exaustão | | (8.812) | (8.450) | (8.288) | (4.997) | (2.031) | | (11.874) | (44.452) |
| Ajuste de conversão de moeda estrangeira | (2.457) | (22.797) | (406) | (557) | (739) | (14) | (2) | (306) | (27.278) |
| Saldo contábil | 38.766 | 271.745 | 51.151 | 37.518 | 15.014 | 8.255 | 559 | 69.979 | 492.987 |
| Custo | 38.766 | 372.407 | 631.763 | 207.183 | 120.784 | 84.834 | 559 | 186.822 | 1.643.118 |
| Depreciação/exaustão acumulada | | (100.662) | (580.612) | (169.665) | (105.770) | (76.579) | | (116.843) | (1.150.131) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 38.766 | 271.745 | 51.151 | 37.518 | 15.014 | 8.255 | 559 | 69.979 | 492.987 |
| Taxas anuais de depreciação (%) | | 4 | 20 | 25 | 10 | 20 | | até 10 | |

(i) Refere-se à transferência para imobilizado de equipamentos que estavam destinados a venda.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Terrenos | Edificações e instalações | Máquinas e equipamentos | Veículos e embarcações | Móveis e utensílios | Equipamentos de informática | Construções em andamento | Outros | Total |
|--|---------------|---------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------|-----------------------------|--------------------------|---------------|----------------|
| Custo | 38.766 | 372.407 | 631.763 | 207.183 | 120.784 | 84.834 | 559 | 186.822 | 1.643.118 |
| Depreciação/exaustão acumulada | | (100.662) | (580.612) | (169.665) | (105.770) | (76.579) | | (116.843) | (1.150.131) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 38.766 | 271.745 | 51.151 | 37.518 | 15.014 | 8.255 | 559 | 69.979 | 492.987 |
| Aquisições | | 10.693 | 7.451 | 5.921 | 1.922 | 3.286 | 1 | 7.518 | 36.792 |
| Baixas, líquidas de depreciação/exaustão | | (113) | (13.803) | (841) | (672) | (330) | (511) | (262) | (16.532) |
| Transferências | | (5) | 707 | 7 | 112 | 25 | | (846) | |
| Depreciação/exaustão (i) | | (8.250) | (8.432) | (7.899) | (3.882) | (2.759) | | (13.082) | (44.304) |
| Ajuste de conversão de moeda estrangeira | (2.506) | (19.139) | (1.468) | (1.072) | (744) | (458) | (9) | (2.541) | (27.937) |
| Saldo contábil | 36.260 | 254.931 | 35.606 | 33.634 | 11.750 | 8.019 | 40 | 60.766 | 441.006 |
| Custo | 36.260 | 356.577 | 495.364 | 156.872 | 107.476 | 73.302 | 40 | 175.869 | 1.401.760 |
| Depreciação/exaustão acumulada | | (101.646) | (459.758) | (123.238) | (95.726) | (65.283) | | (115.103) | (960.754) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 36.260 | 254.931 | 35.606 | 33.634 | 11.750 | 8.019 | 40 | 60.766 | 441.006 |
| Taxas anuais de depreciação (%) | | 4 | 20 | 25 | 10 | 20 | | até 10 | |

(i) Do total da depreciação/exaustão o montante de R\$ (525) (31 de dezembro de 2022 – R\$ (1.187)) refere-se a operações descontinuadas.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Direito de uso

(a) Movimentação de direito de uso

| | Arrendamento de edifícios | Arrendamento de máquinas e equipamentos | Arrendamento de veículos e embarcações | Total |
|--|---------------------------|---|--|---------------|
| Custo | 69.902 | 2.010 | 571 | 72.483 |
| Depreciação acumulada | (36.864) | (1.977) | (527) | (39.368) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 33.038 | 33 | 44 | 33.115 |
| Adições | 21.753 | | 354 | 22.107 |
| Baixas | (828) | | | (828) |
| <i>Impairment</i> | (5.550) | | | (5.550) |
| Depreciação | (10.479) | (33) | (378) | (10.890) |
| Ajuste de conversão de moeda estrangeira | (199) | | | (199) |
| | 37.735 | | 20 | 37.755 |
| Custo | 84.113 | 1.098 | 925 | 86.136 |
| Depreciação acumulada | (46.378) | (1.098) | (905) | (48.381) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 37.735 | | 20 | 37.755 |
| Taxas anuais de depreciação (%) | 4 | até 17 | 5 | |

| | Arrendamento de edifícios | Arrendamento de máquinas e equipamentos | Arrendamento de veículos e embarcações | Total |
|--|---------------------------|---|--|---------------|
| Custo | 84.113 | 1.098 | 925 | 86.136 |
| Depreciação acumulada | (46.378) | (1.098) | (905) | (48.381) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 37.735 | | 20 | 37.755 |
| Adições | 11.126 | | | 11.126 |
| Baixas | (6.947) | | | (6.947) |
| <i>Impairment</i> | 6.904 | | | 6.904 |
| Depreciação | (11.643) | | (18) | (11.661) |
| Ajuste de conversão de moeda estrangeira | (369) | | | (369) |
| | 36.806 | | 2 | 36.808 |
| Custo | 90.262 | 1.098 | 925 | 92.285 |
| Depreciação acumulada | (53.456) | (1.098) | (923) | (55.477) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 36.806 | | 2 | 36.808 |
| Taxas anuais de depreciação (%) | 4 | até 17 | 5 | |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição dos empréstimos e financiamentos

| Instituição financeira | País | Moeda | Tipo de operação | Modalidade | Encargos financeiros anuais | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---|-------------------------|--------------|-------------------------|-------------------|--------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Royal Bank of Scotland | Ilhas Cayman | US\$ | Investimento | ECA | Juros pré-fixados de 6,57% + VC | 45.389 | 46.131 |
| Banco Internacional de Crédito | Angola | KWA | Operacional | Empréstimo CP | Libor 6M + 2,00% a.a Spread (21,34%) | 4.664 | 12.042 |
| Banco Millennium Atlântico | Angola | KWA | Operacional | Empréstimo CP | Libor 1M + 2,75% a.a Spread (21,29%) | 37.297 | 66.670 |
| Novo Banco | Portugal | € | Operacional | Empréstimo LP | EURIBOR a (6M) + Spread 6% | 77.742 | 86.475 |
| Banco do Brasil | Brasil | R\$ | Operacional | ACC | Juros pré-fixados de 7,43% | 141.928 | 203.428 |
| Banco Daycoval | Brasil | R\$ | Investimento | Empréstimo CP | Juros pré-fixados de 19,73% | | 117 |
| | | | | | | 307.020 | 414.863 |
| Legenda: | | | | | | | |
| | | | | | Bonds - OEC Finance (b) | 5.040.154 | 4.695.121 |
| EURIBOR - Euro Interbank Offered Rate | VC - Variação cambial | | | | | 5.347.174 | 5.109.984 |
| Libor - London Interbank Offered Rate | US\$ - Dólar Americano | | | | | | |
| KWA - Kwanza (moeda angolana) | € - Euro | | | | Passivo circulante | 659.134 | 453.000 |
| ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio | R\$ - Reais brasileiros | | | | | | |
| ECA - Export Credit Agencies | | | | | Passivo não circulante | 4.688.040 | 4.656.984 |

Em 31 de dezembro de 2023, encontrava-se vencido e contabilmente registrado conforme suas cláusulas contratuais o financiamento junto ao Royal Bank of Scotland (RBS) - R\$ 45.389. Este valor está em negociação junto à instituição financeira de modo a estabelecer as novas condições e prazos para amortização do saldo.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Bonds OEC Finance

| Bond | Vencimento | Remuneração | 31 de dezembro de 2023 | |
|-------------------------|-------------------|----------------------|-------------------------------|------------------|
| | | | US\$ | R\$ |
| Bond 2024 | 2024 | Cupom de 7.000% p.a. | 51.330 | 248.504 |
| Bond 2026 | 2026 | Cupom de 5.125% p.a. | 92.103 | 445.898 |
| Bond 2027 | 2027 | Cupom de 6.000% p.a. | 67.628 | 327.407 |
| Bond 2029 | 2029 | Cupom de 4.375% p.a. | 319.755 | 1.548.030 |
| Bond 2033 | 2033 | Cupom de 5.250% p.a. | 324.299 | 1.570.029 |
| Bond 2046 | 2046 | Cupom de 7.125% p.a. | 613.322 | 2.969.276 |
| Bond Perpetuo | Perpetuo | Cupom de 7.500% p.a. | 554.822 | 2.686.063 |
| Custos de transação | | | (14.778) | (71.544) |
| AVP - Bonds OEC Finance | | | (967.407) | (4.683.509) |
| | | | 1.041.074 | 5.040.154 |

Em 20 de janeiro de 2021, a OEC Finance realizou uma emissão de *Bonds*, que foram trocados pela garantia outrora prestada pela CNO, OECI e Odebrecht Engenharia e Construção, aos detentores dos Bonds da Novonor Finance Limited (“NFL”).

A taxa de desconto considerada para o cálculo do valor presente das Novas Notas foi de 14,8% a qual representa a taxa de juros de títulos de empresas em condições similares a Companhia.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

| País | 31 de dezembro de 2021 | Captações | Pagamentos de principal | Pagamentos de juros | Provisão de juros | Amortização de custo de transação | Variação cambial | AVP | 31 de dezembro de 2022 |
|------------------------------|-------------------------------|------------------|--------------------------------|----------------------------|--------------------------|--|-------------------------|------------------|-------------------------------|
| Brasil | 232.396 | 670 | (21.002) | (5.381) | 12.285 | | (15.423) | | 203.545 |
| Portugal | 101.130 | | (2.473) | | | | (12.182) | | 86.475 |
| Angola | 66.823 | 40.239 | (29.233) | | | | 883 | | 78.712 |
| EUA | 2.936 | | (2.919) | | | | (17) | | |
| Ilhas Cayman | 47.932 | | | | 1.309 | | (3.110) | | 46.131 |
| República Dominicana | 21.585 | | (17.447) | (3.092) | | | (1.046) | | |
| Bonds - Novas emissões | 9.443.169 | | | | 834.489 | | (604.713) | | 9.672.945 |
| Bonds - Novas emissões (AVP) | (4.704.076) | | | | | | 304.903 | (494.678) | (4.893.851) |
| Bonds - Custos de transação | (97.156) | | | | | 6.794 | 6.389 | | (83.973) |
| | <u>5.114.739</u> | <u>40.909</u> | <u>(73.074)</u> | <u>(8.473)</u> | <u>848.083</u> | <u>6.794</u> | <u>(324.316)</u> | <u>(494.678)</u> | <u>5.109.984</u> |

| País | 31 de dezembro de 2022 | Captações | Pagamentos de principal | Pagamentos de juros | Provisão de juros | Amortização de custo de transação | Variação cambial | AVP | 31 de dezembro de 2023 |
|------------------------------|-------------------------------|------------------|--------------------------------|----------------------------|--------------------------|--|-------------------------|------------------|-------------------------------|
| Brasil | 203.545 | 11.689 | (68.190) | (6.639) | 14.425 | | (12.902) | | 141.928 |
| Portugal | 86.475 | | (5.410) | | | | (3.323) | | 77.742 |
| Angola | 78.712 | 12.024 | (16.798) | | | | (31.977) | | 41.961 |
| Ilhas Cayman | 46.131 | | | | 2.672 | | (3.414) | | 45.389 |
| Bonds - Novas emissões | 9.672.945 | | | (39.679) | 883.212 | | (721.271) | | 9.795.207 |
| Bonds - Novas emissões (AVP) | (4.893.851) | | | | | | 354.765 | (144.423) | (4.683.509) |
| Bonds - Custos de transação | (83.973) | | | | | 6.575 | 5.854 | | (71.544) |
| | <u>5.109.984</u> | <u>23.713</u> | <u>(90.398)</u> | <u>(46.318)</u> | <u>900.309</u> | <u>6.575</u> | <u>(412.268)</u> | <u>(144.423)</u> | <u>5.347.174</u> |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de empréstimos e financiamentos classificados como passivo não circulante apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

| Empréstimos | | | | | |
|--------------------|--|--|--|---------------|--|
| Vencimento | | | | 2023 | |
| 2027 | | | | 59.211 | |
| | | | | <u>59.211</u> | |

| Bonds | 31 de dezembro de 2023 | | | |
|---------------------------------------|-------------------------------|------------------|------------------|-------------------|
| | | | US\$ | R\$ |
| Cronograma de pagamentos | Principal | Juros | | Total |
| Ano 2025 | | 89.596 | 89.596 | 433.761 |
| Ano 2026 | 74.160 | 159.950 | 234.110 | 1.133.397 |
| Ano 2027 | 52.838 | 155.473 | 208.311 | 1.008.496 |
| Ano 2028 | | 129.189 | 129.189 | 625.443 |
| Ano 2029 | 266.517 | 206.070 | 472.587 | 2.287.935 |
| Ano 2030 em diante | 714.632 | 2.679.234 | 3.393.866 | 16.430.723 |
| Total de principal e juros (i) | 1.108.147 | 3.419.512 | 4.527.659 | 21.919.755 |
| (-) Desconto a valor presente | (840.861) | (2.717.192) | (3.558.053) | (17.225.602) |
| (-) Custos de transação | (13.493) | | (13.493) | (65.324) |
| Saldo total da dívida | 253.793 | 702.320 | 956.113 | 4.628.829 |

(i) Contempla fluxo de pagamento previsto para pagamento de principal e juros até o vencimento da dívida.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Moeda local (Reais) | 141.928 | 203.545 |
| Moeda estrangeira (Dólar) | 5.085.543 | 4.741.252 |
| Moeda estrangeira (Kwanza) | 41.961 | 78.712 |
| Moeda estrangeira (Euro) | 77.742 | 86.475 |
| | <u>5.347.174</u> | <u>5.109.984</u> |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Cláusulas específicas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas possuem cláusulas de *covenants* não financeiros, os quais vem sendo cumpridos a cada período de relatório.

20 Fornecedores e subempreiteiros

| | | | | | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|---------------|----------------|----------------------|---------------------------|---------------------------------|------------------------|------------------------|
| | Não vencidas | Vencidas até 90 dias | Vencidas de 91 a 365 dias | Vencidas a mais de 365 dias (i) | Total | Total |
| Brasil | 133.113 | 70.523 | 105.629 | 145.568 | 454.833 | 353.258 |
| Exterior (ii) | 520.850 | 342.568 | 39.220 | 2.509.431 | 3.412.069 | 3.929.013 |
| | <u>653.963</u> | <u>413.091</u> | <u>144.849</u> | <u>2.654.999</u> | <u>3.866.902</u> | <u>4.282.271</u> |
| | | | | Passivo circulante | <u>3.832.901</u> | <u>4.231.897</u> |
| | | | | Passivo não circulante | <u>34.001</u> | <u>50.374</u> |

A gestão de capital de giro da Companhia é feita de modo a atrelar os pagamentos dos fornecedores ao recebimento dos clientes. Dos montantes vencidos há mais de 365 dias, aproximadamente 69% são devidos a fornecedores na Venezuela e no Peru, e deverão manter o conceito de gestão de capital de giro adotado pela Companhia.

- (i) Adicionalmente, desse montante, R\$ 364.761 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 325.129) são saldos com partes relacionadas conforme nota 13 (b).
- (ii) A CNO e outras subsidiárias da Companhia foram demandadas em procedimento arbitral, perante a Câmara de Comércio de Lima no Peru relacionado a cobrança de dívida com fornecedor (contraparte) contratado pelo Consórcio Constructor Ductos del Sur (“CCDS”), no âmbito do contrato de EPC para a execução das obras e serviços necessários à implantação do projeto Gasoducto Sur Peruano. Em 23 de maio de 2022 foi emitido o Laudo Arbitral, com adendum em 01 de julho de 2022, que condenou as demandadas no valor de aproximadamente US\$ 93 milhões incluindo juros, tendo a contraparte iniciado o procedimento de homologação de decisão estrangeira perante o STJ em 09 de agosto de 2022, o qual está sendo impugnado pela Companhia no exercício de seu direito de defesa.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Impostos, taxas, salários e contribuições sociais

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Obrigações trabalhistas | | |
| Brasil | 164.917 | 100.152 |
| Exterior | 231.392 | 252.273 |
| | 396.310 | 352.425 |
| Obrigações tributárias (a) | | |
| Brasil | 122.004 | 134.824 |
| Exterior | 463.753 | 399.757 |
| | 585.757 | 534.581 |
| | 982.066 | 887.006 |
| | Passivo circulante | 911.780 |
| | Passivo não circulante | 70.286 |
| | | 852.316 |
| | | 34.690 |

(a) Composição por natureza das obrigações tributárias:

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Passivo - a recolher | | |
| Imposto de renda, contribuição social e IRRF | 453.112 | 355.585 |
| Tributos Indiretos | 18.357 | 106.834 |
| Parcelamentos (i) | 84.163 | 58.888 |
| Encargos com pessoal | 304 | |
| Outros | 29.821 | 13.274 |
| | 585.757 | 534.581 |

(i) Parcelamentos:

A Companhia aderiu a parcelamentos de tributos Federais para quitar débitos de IRPJ, CSLL, IRRF, CPRB, PIS e COFINS (em 60 parcelas), parcelamentos nos Municípios de São Paulo e Bertioga para quitação de ISS (em 120 parcelas) e parcelamento Estadual para quitação de ICMS no Rio de Janeiro (em 60 parcelas).

Estes parcelamentos totalizam R\$ 154.029, sendo que até 31 de dezembro de 2023 foi quitado o montante de R\$ 79.146. Do saldo remanescente de R\$ 84.163 registrado no passivo, refere-se ao principal o montante de R\$ 74.883 e atualização da Selic acumulada de R\$ 9.280.

22 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos com autoridades

As provisões feitas pela Companhia e por suas controladas estão ligadas, principalmente, às discussões existentes nas esferas judiciais e administrativas, sendo segregadas por probabilidade de perda, com base na avaliação dos administradores e de seus assessores jurídicos internos e externos, do seguinte modo:

- **Obrigações Prováveis** – são aquelas em que existe uma obrigação legal (ou não) como consequência de um evento passado, cujos impactos financeiros (i) podem ser apurados de forma confiável e (ii) em que a

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

saída de caixa é provável. Os casos/processos que se enquadram nessa definição recebem tratamento contábil de provisão e com abertura de nota explicativa, conforme apresentado a seguir:

| | 31 de dezembro de 2023 | | | 31 de dezembro de 2022 | | |
|------------------------|--|-------------|-----------|--|-------------|-----------|
| | Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (b) | Acordos (a) | Total | Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (b) | Acordos (a) | Total |
| Passivo Circulante | | 439.195 | 439.195 | | 467.804 | 467.804 |
| Passivo Não circulante | 1.068.382 | 2.193.786 | 3.262.168 | 1.269.887 | 2.333.104 | 3.602.991 |

(a) Acordos de leniência com Autoridades no Brasil e no Exterior

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao Grupo Novonor, firmou um acordo de leniência com o Ministério Público Federal (“MPF”), assumindo as responsabilidades previstas no objeto do referido acordo, com exceção da Braskem S.A. Este acordo com o MPF foi firmado no âmbito do acordo global que envolveu autoridades competentes das jurisdições americana e suíça, no qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, comprometeu-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, reajustadas pela taxa SELIC simples. Em 08 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento e passando a Companhia a ser garantidora subsidiária de tais obrigações.

Posteriormente, em 9 de julho de 2018, a Novonor, por si e pelas empresas que integram seu grupo econômico, firmaram Acordo de Leniência com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e com a Advocacia-Geral da União, em que são ratificados os termos e valores acordados com o Ministério Público Federal, havendo um reperfilamento no cronograma de pagamentos das parcelas anuais, que permaneceram no prazo de 23 anos.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre a Novonor, a CNO e o Estado do Rio de Janeiro um Acordo de Leniência, nos termos acima mencionados, no qual Novonor e CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões no prazo de 22 anos, que será substancialmente deduzido do acordo celebrado com o MPF e a diferença será paga no último ano. Com relação aos processos que envolvem o Estado do Rio de Janeiro (“ERJ”), ressalta-se que há no acordo de leniência firmado entre o ERJ e a Companhia (“Acordo RJ”), a obrigação de o ERJ peticionar nos mencionados processos informando que já houve a indenização do ente lesado pelos fatos relatados pela Companhia no Acordo RJ.

No dia 09 de novembro de 2022, a Companhia e a Novonor celebraram Acordo de Leniência com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (“AGE/MG”) e a Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (“CGE/MG”), com a interveniência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (“MPE/MG”). Além do Acordo de Leniência, foi celebrado um Acordo de Não Perseguição Cível entre o MPE/MG e as empresas da Companhia e Novonor, com a interveniência da CGE/MG e AGE/MG. Por força destes acordos, a Companhia se obrigou ao pagamento de R\$ 202 milhões – valor este que será parcialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões estabelecidos no acordo celebrado com o MPF - no prazo de 21 (vinte e um) anos, tendo a Novonor figurado como garantidora do pagamento.

Na data de 19 de julho de 2023, foi assinado o 1º Aditivo à Adesão ao Acordo de Leniência entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (“MPDFT”) e a Novonor, pelo qual o MPDFT ratificou a sua adesão aos termos do acordo, contemplando todas as suas proteções, pelo qual a Novonor reconhece como devida a quantia de R\$ 22.591, referente ao ressarcimento por danos imateriais causados ao erário e à sociedade do Distrito Federal, pelas condutas ilícitas declaradas perante o Acordo de Leniência. Esse

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor será parcialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões estabelecidos no acordo celebrado com o MPF – restando o saldo a ser adimplido no prazo de 26 (vinte e seis) anos.

Além disso, a controlada direta da Companhia, CNO, já assinou diversos acordos de leniência e termos de cessação de conduta com a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

No que se refere ao pagamento das parcelas referentes a estes acordos, deve-se destacar que aquelas cujo adimplemento deveria se dar até 31 de janeiro de 2024 (data-base 2023) tiveram o seu vencimento postergado pelo CADE até 31 de julho de 2024, sendo certo que todas as parcelas anteriores foram pagas de forma integral e tempestiva.

Ademais, em outros procedimentos em trâmite perante essa autarquia, a CNO e o CADE não lograram êxito em alcançar os termos adequados para a celebração de acordos, nos quais a Companhia atualmente exerce seu direito de defesa e terá a oportunidade de levar ao poder judiciário as questões com as quais não esteja de acordo.

Por fim, cumpre informar que como todos os procedimentos existentes no CADE ainda estão em fases incipientes, neste momento não é possível auferir a saída de recursos futuros relacionada ao tema de modo que possam ser retratados em demonstração financeira.

(b) Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|-------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Trabalhista | 337.480 | 393.754 |
| Tributário (i) | 526.664 | 701.987 |
| Cível | 284.716 | 240.604 |
| | 1.148.860 | 1.336.345 |
| (-) Depósitos judiciais | (80.478) | (66.458) |
| | 1.068.382 | 1.269.887 |

(i) Tributário

A administração tributária do Peru, em decorrência de fiscalizações realizadas nas empresas Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción SAC, CNO S.A. - Sucursal Peru, Consórcio Constructor Ductos Del Sur e Consórcio Constructor Chavimochic relacionadas aos impostos sobre a renda e impostos sobre vendas relativos aos exercícios de 2010 a 2016, lavrou autos de infração em total de R\$ 378.744 atualizado em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 435.433).

- **Obrigações Possíveis** – são aquelas em que é mais provável que não ocorra uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, em razão de inexistir uma contingência certa e exigível contra a Companhia. Os casos/processos que se enquadram nessa definição não recebem tratamento contábil de provisão e, dependendo da relevância do mesmo, há abertura de nota explicativa, conforme apresentado a seguir:

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>31 de dezembro de</u> <u>2023</u> | <u>31 de dezembro</u> <u>de 2022</u> |
|------------------------------|---|---|
| Trabalhista (i) | 128.262 | 287.619 |
| Tributário (ii) | 7.862.500 | 7.109.652 |
| Cível (iii) | 9.347.519 | 8.124.706 |
| Total de passivo contingente | <u>17.338.281</u> | <u>15.521.977</u> |

(i) Trabalhista

Há diversas ações de natureza trabalhista ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, incluindo consórcios, respondendo cada consorciada pelo equivalente à sua cota parte. As contingências reportadas como “possíveis”, em sua grande maioria, encontram-se em uma fase processual incipiente e que não permite aferir de forma precisa qual será a efetiva condenação, pois, como é de conhecimento público, os reclamantes, muitas vezes, aduzem pedidos excessivos.

(ii) Tributário

• **Brasil**

As principais contingências da Companhia e suas controladas dizem respeito a cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido em decorrência das regras de tributação de lucros do exterior, bem como a cobrança de IOF sobre transações no âmbito de Contratos de Caixa Único, conforme descrito abaixo:

Em 21 de dezembro de 2017, a CNO foi intimada da lavratura de auto de infração no montante de R\$ 489.129 para cobrança de IRRF referente ao ano-calendário de 2012. A companhia apresentou Impugnação, a qual foi julgada improcedente em 14 de agosto de 2018, sendo interposto Recurso Voluntário contra a decisão. Em 17 de novembro de 2022 foi retomado o julgamento do recurso, sendo que ainda está pendente a intimação da CNO acerca de seu resultado.

Já em 17 de outubro de 2018, a CNO foi intimada da lavratura de auto de infração relativo a supostos débitos de IRPJ/CSLL e IRRF, no montante histórico de R\$ 4.146.909 (fevereiro/2021) relacionados à glosa, pela Receita Federal do Brasil, de despesas incorridas pelas Sucursais da CNO no exterior para os anos-calendário de 2012 a 2015. A despeito da natureza das despesas incorridas no exterior, a Companhia entende que carece de fundamentação jurídica as cobranças que estão sendo realizadas, vez que estão em dissonância com a legislação aplicável de cálculo de lucro do exterior.

A defesa desse Auto de Infração foi julgada improcedente em primeira instância, sendo interposto recurso ao qual foi dado parcial provimento para afastar a cobrança de IRRF e seus acessórios, sendo o restante da autuação mantido por voto de qualidade, sendo a empresa formalmente intimada da decisão em março de 2021. No mesmo ato, a Companhia também foi intimada da rejeição de recurso apresentado pela Fazenda Pública à instância superior de julgamento (CSRF), tornando-se definitiva a decisão que afastou a cobrança de IRRF e acessórios. O montante atual do débito passa a ser de R\$ 2.300.213, sendo que o processual atualmente aguarda designação de relator na CSRF para julgamento de Recurso Especial interposto pela Companhia sobre essa parcela remanescente.

Em novembro de 2022 foi lavrado Auto de Infração contra a CNO relacionado a apuração do resultado de investidas no exterior, no valor de R\$ 1.143.126. Desse montante, R\$ 765 milhões se referem a multa de ofício por supostas incorreções em obrigações acessórias, em sua quase totalidade referente a reversão do resultado de controlada na Venezuela que passou a apresentar prejuízo no período. O restante da autuação diz respeito a forma de consolidação dos resultados das investidas no exterior. Foi apresentada

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impugnação a Auto de Infração, ao qual foi julgada parcialmente procedente em 23 de dezembro de 2023, sendo interposto Recurso voluntário contra a decisão e que atualmente aguarda-se julgamento sobre a parcela remanescente.

A única disputa no âmbito judicial diz respeito à tese de aplicação de tratados internacionais, no valor de R\$ 25 milhões. Já há sentença favorável cancelando a integralidade da dívida, e o processo aguarda julgamento em 2ª instância.

Atualmente, o montante somado de disputas relacionados ao tema de lucros no exterior é de R\$ 4.615.442 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 4.244.661).

No que diz respeito às contingências de IOF, as autuações decorrem da equiparação das operações realizadas no âmbito dos Contratos de Conta Corrente Escritural e Caixa Único a mútuos financeiros, segundo entendimento da Receita Federal. As companhias têm sustentado a regularidade de tais operações demonstrando que não possuem natureza jurídica de mútuo, logo, não estariam sujeitas à incidência do IOF. No total, as autuações hoje perfazem o montante R\$ 607.401 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 530.067), sendo que os casos ainda pendem de decisão final administrativa.

Em 03 de janeiro de 2024, a OECI foi intimada da lavratura de auto de infração no montante de R\$ 86.764 para cobrança de operações Financeiras (IOF). A companhia apresentou Impugnação que ainda pende de decisão em 1ª instância.

Esses casos estão classificados com a probabilidade de perda possível, considerando o contexto da jurisprudência administrativa e judicial sobre a matéria.

- **México**

As principais contingências tributárias da Companhia e suas controladas no México (CNO Sucursal México, Ethylene XXI Contractors e Odebrecht Servicios Integrales de México) dizem respeito a cobrança de Imposto de Renda e IVA sobre receitas não tributadas dos exercícios 2013, 2014 e 2015, decorrentes de operações como remessas de recursos da matriz e contratos de câmbio, além de supostas obrigações trabalhistas (*utilidades*). Atualmente, o montante somado de disputas relacionados ao tema é de R\$ 1.345.412 (31 de dezembro – R\$ 1.246.340)

As sociedades autuadas apresentaram “*demandas de nulidad*” perante o Tribunal Federal de Justiça Administrativa (TFJA) e seguem aguardando decisão. Apenas uma *demandas de nulidad*, referente a uma autuação no valor de R\$ 87.283 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 80.856), foi julgada improcedente pelo TFJA, em fevereiro de 2022. Contra a referida decisão foi ajuizada uma “Ação de Amparo” e a sociedade autuada poderá evitar embargos de contas, na medida em que obtenha garantia judicial.

A autoridade de auditoria pública e corregedoria do México (“Secretaria de la Función Pública – SFP”), aplicou sanções administrativas para CNO Sucursal México e OICIMEX por supostas irregularidades na execução/cessão do Contrato de Tula II com a Pemex. As sociedades impugnaram as suas respectivas autuações perante tribunais federais e, em junho de 2022, duas das três multas administrativas aplicadas contra sociedades controladas pela Companhia no México foram anuladas. Atualmente, após decisão final pelas autoridades judiciais, a sanção da multa no valor de R\$ 156.470 (31 de dezembro de 2022 – R\$144.948) para a OICIMEX foi confirmada, sendo que a Companhia ainda não foi notificada, restando pendente a sua execução.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Cível

• Brasil

A CNO, OECI e a CBPO foram demandadas no bojo de processos que visam a anulação de atos/contratos, o ressarcimento/pagamento de supostos danos causados à administração pública e a aplicação de sanções previstas nas legislações, com destaque para:

- Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo Ministério Público de São Paulo, contra a OECI e outras empresas, relacionada aos contratos de execução da Linha 5 do Metrô. O valor atualizado da ação é de R\$ 4.347.500, sendo que a quota parte relativa à OECI corresponde ao montante aproximado de R\$ 869 milhões (31 de dezembro de 2022 – R\$ 751 milhões). Não obstante a decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a Companhia e os seus assessores acreditam ter sólidos fundamentos para reverter a condenação imposta à OECI, sendo tal entendimento confirmado pela decisão do STJ, que concedeu efeito suspensivo aos recursos especiais apresentados pelas partes;
- Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo Ministério Público de São Paulo, contra a CBPO, CNO e outros, relacionada à execução de serviços de limpeza urbana. Apesar do trânsito em julgado da condenação, o impacto para a CBPO e CNO ainda não é possível precisar, em função da necessidade de liquidação da sentença a partir de parâmetros determinados na condenação que comportam múltiplos cenários de interpretação e que ensejaram, inclusive, a propositura de ação rescisória pela CBPO e CNO;
- Ações pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, contra a CNO, relacionadas ao contrato de execução das obras da Linha 4 do Metrô, cujo impacto para a Companhia ainda não é possível precisar, pelo estágio processual incipiente em que se encontram.
- Execuções fiscais propostas pelo Estado do Rio de Janeiro decorrentes de condenação administrativa solidária imposta pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro relacionada à existência de um suposto superfaturamento nas obras da linha 4 do metrô/RJ. Até o momento, o Consórcio Construtor Rio Barra e Consórcio Construtor Linha 4 Sul são partes em execuções que totalizam R\$ 62.171 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 52.932), sendo que a CNO participa com o percentual de 33% nesses consórcios. As execuções estão sendo devidamente contestadas.

Adicionalmente, as empresas do grupo OEC são partes em procedimentos arbitrais em curso, que envolvem tanto contingências ativas como passivas, alguns deles em estágio incipiente ou, aguardando a conclusão de tratativas que permitam a solução negociada dos litígios.

Pela própria natureza desses processos e do estágio que se encontram, as pretensões neles deduzidas são manifestamente controvertidas, decorrendo de obrigações celebradas em contratos firmados por empresas do grupo OEC com empresas terceiras, e dependem de decisões dos Tribunais Arbitrais para definição de responsabilidades e, sobretudo, fixação dos valores finais que deverão ser pagos pelas partes, os quais, na maioria dos casos, dependem da realização de provas periciais técnicas e complexas, que envolvem disciplinas de engenharia, contabilidade e economia.

A Companhia contratou escritórios com notória especialização/reconhecimento para representar seus interesses nessas disputas. Com base na atual posição e particularidades desses processos, a Companhia estima contingências passivas de R\$ 230.445 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 98.000), e contingências ativas de R\$ 94.059 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 40.000), todas com prognóstico possível de realização, o que poderia levar a um valor de contingências passivas de R\$ 136.385 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 58.000), após a compensação dos valores ativos.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Colômbia**

A Procuradoria General de La Nación (“PGN”) ingressou com ação popular contra a Concessionaria Rutas del Sol (“Rutas del Sol”), suas acionistas OLI Colômbia, CNO (que tem 37% e 25,01% de participação na concessionária, respectivamente) e outras acionistas, por alegações de violação a direitos coletivos e danos ao patrimônio público em razão de atos de corrupção relacionados ao contrato de concessão. A decisão de primeira instância condenou os demandados solidariamente a uma indenização no valor de R\$ 883.835 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 771.477). Em segunda instância, houve decisão em desfavor da PGN (demandante), restando favorável às demandadas, com trânsito em julgado.

A Superintendência de Indústria e Comércio (“SIC”) iniciou investigação antitruste por meio de procedimento administrativo, por suposta prática anticoncorrencial no processo de adjudicação do contrato de concessão de Ruta del Sol, em relação a CNO, NPI, e outras acionistas. Concluída a etapa de instrução, a SIC sancionou todos os investigados e determinou o valor correspondente de R\$ 108.408 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 94.627), para CNO, R\$ 108.408 para NPI e um total de R\$ 3.915 para três 3 pessoas físicas. A Companhia e as pessoas físicas apresentaram recursos administrativos, cujos resultados confirmaram a aplicação das sanções. Contra esta última decisão foi apresentada uma “demanda de nulidad” na esfera judicial, sem efeito suspensivo até que a demanda de nulidade seja admitida pelo juiz, o que já ocorreu em relação a uma das pessoas físicas.

As ações referidas anteriormente representem um risco elevado para execução de medidas de constrição de patrimônio para as pessoas físicas. A Companhia entende possuir sólidos argumentos para demonstrar a improcedência dos pedidos em outras jurisdições que assegurem condições de ampla defesa e devido processo.

- **Venezuela**

A C.A Metro de Caracas (CAMETRO) demandou a CNO Sucursal Venezuela, em relação ao Metro Caracas – Viviendas Mariche –, relativamente à execução de fiança sobre adiantamentos recebidos e não amortizados, além de alegado descumprimento contratual, cuja exposição de perda é avaliada em R\$ 190.231 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 198.213). O processo atualmente tramita em primeiro grau de jurisdição

- **Equador**

A Contraloría General del Estado (CGE), determinou a aplicação de glosas relacionadas aos contratos executados pela CNO Sucursal Ecuador. A CNO apresentou as medidas judiciais cabíveis para recorrer das decisões da CGE, cujo valor atualizado é de R\$ 82.349 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 85.804). Vale ressaltar que a Corte Nacional de Justicia emitiu uma Resolución em 09 de novembro de 2021, de cumprimento obrigatório pelo poder judiciário, determinando que devem ser considerados nulos todos os processos desta natureza que tenham descumprido o prazo legal de 180 dias, contados do início do processo de controle até a notificação das partes sobre o seu resultado. Neste sentido, CNO já obteve alguns resultados favoráveis nos processos em que houve tal descumprimento o que resultou na redução da contingência desde a última posição.

A Empresa Estatal Petróleos del Ecuador – PETROECUADOR, ajuizou ação judicial para dirimir controvérsia acerca da resolução unilateral do contrato por supostos descumprimentos de obrigações da sucursal da CNO no Equador, no âmbito do projeto Poliducto Pascuales Cuenca e cobrança dos danos e prejuízos decorrentes no valor total de R\$ 1.409.032 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 1.468.151). Vale ressaltar que não foi acolhido o pedido preliminar da CNO de arquivamento da ação por litispendência não obstante a existência ação anterior ajuizada pela CNO, que trata exatamente da mesma matéria,

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contudo, com o objetivo de anular a rescisão unilateral do contrato e cobrar pelos serviços executados e danos e prejuízos no valor de US\$ 174 milhões. A ação está aguardando decisão sobre o mérito.

- **Peru**

A Comissão de Defesa da Livre Concorrência do INDECOPI sancionou, em primeira instância administrativa, a CNO e a OPIC com uma multa de 25.350.63 Unidades Impositivas Tributárias (UITs), equivalentes a R\$ 154.769 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 160.728), em decorrência de processo administrativo sancionador, por suposta prática anticoncorrencial em licitações públicas promovidas pelo Ministério de Transporte.

A defesa da Companhia se baseia especialmente na existência de Acordo de Leniência no Peru, pelo qual, foram revelados os fatos que deram início a este processo sancionador, com benefícios que impediriam a empresa de ser processada com a utilização das provas por ela apresentadas. Além disso, existe investigação penal em andamento sobre a mesma matéria, que conta com a colaboração eficaz da Companhia, havendo violação ao princípio do non bis in idem. Em dezembro de 2021, a Companhia apresentou recurso administrativo (apelação) ao Tribunal de Defesa da Livre Concorrência, com efeito suspensivo.

23 Arrendamento

| | <u>Brasil</u> | <u>Exterior</u> | <u>Total</u> |
|--|----------------|-----------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 112.293 | 4.228 | 116.521 |
| Adições | 17.325 | 4.415 | 21.740 |
| Baixas | (75) | | (75) |
| Pagamentos | (2.955) | (2.259) | (5.214) |
| Juros | 13.666 | (180) | 13.486 |
| Ajuste de conversão de moeda estrangeira | | (316) | (316) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u>140.254</u> | <u>5.888</u> | <u>146.142</u> |
| | | | <u>25.269</u> |
| | | | <u>120.873</u> |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>Brasil</u> | <u>Exterior</u> | <u>Total</u> |
|--|----------------|-----------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 140.254 | 5.888 | 146.142 |
| Adições | 1.021 | 242 | 1.263 |
| Pagamentos | (3.749) | (3.030) | (6.779) |
| Juros | 17.755 | 339 | 18.094 |
| Ajuste de conversão de moeda estrangeira | | (431) | (431) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | <u>155.281</u> | <u>3.008</u> | <u>158.289</u> |
| | | | <u>25.986</u> |
| | | | <u>132.303</u> |

O montante do saldo de arrendamento classificado como passivo não circulante apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

| | <u>31 de dezembro de</u> <u>2023</u> |
|-----------------------------|---|
| 2025 | 19.051 |
| 2026 | 27.264 |
| 2027 | 26.724 |
| 2028 em diante | <u>210.832</u> |
| | 283.871 |
| (-) Ajuste a valor presente | <u>(151.568)</u> |
| | <u>132.303</u> |

A Companhia e suas controladas adotaram como taxa de desconto do passivo de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo. A taxa de desconto considerada para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi de 14,8% a qual representa a taxa de juros de títulos de empresas em condições similares a Companhia.

24 Outros passivos curto e longo prazo

(i) Circulante

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos circulantes estão pulverizados em diversas naturezas, sendo substancialmente compostos por provisões contratuais referentes a discussões em andamento com subempreiteiros, consorciadas e clientes relacionados a projetos no Brasil e no Exterior nos montantes de R\$ 398.592 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 419.484).

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Não circulante

Adicionalmente, nessa rubrica está sendo apresentado o patrimônio da sucursal da CNO na Colômbia no valor de R\$ 64.003 (31 de dezembro de 2022 – R\$ 10.468). Em 4 de agosto de 2021, a Superintendência proferiu o auto nº 460-009992, decretando a abertura do processo de liquidação judicial da CNO S.A. Sucursal Colômbia (“Sucursal Colômbia”). Em 30 de junho de 2021, decorrente dos efeitos oriundos do processo de liquidação, a Sucursal Colômbia deixou de ser consolidada no balanço da Companhia, em função da perda do controle desse investimento. Em 6 de setembro de 2021, a Administração da Companhia apresentou a Superintendência o balanço patrimonial em base de liquidação. Até a emissão dessas informações contábeis ainda não foi homologada a referida liquidação judicial.

25 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 448.900, totalmente subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 448.899.790 (31 de dezembro de 2022 - 448.899.790), ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada pela Lei nº 11.638/07 com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro.

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|--|---------------------------------------|
| | 2023 | 2022 (Reapresentado) |
| Saldo inicial do exercício | 1.321.583 | 184.495 |
| Ajuste de avaliação patrimonial de investidas (i) | 212.184 | 197.531 |
| Variação cambial de investidas no exterior (ii) | 686.580 | 683.590 |
| Variação cambial com investimentos liquidados no exterior (iii) | 5.751 | 255.967 |
| Saldo final do exercício | 2.226.098 | 1.321.583 |

- (i) A variação corresponde substancialmente a efeitos inflacionários de controladas da Companhia na Argentina.
- (ii) Refere-se à conversão dos saldos das investidas no exterior para a moeda funcional da Companhia.
- (iii) Refere-se a alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em “Ajuste acumulado de conversão”.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resultado por ação

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|-------------------------------------|---------|
| | 2023 | 2022 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia | (738.835) | 74.118 |
| Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares) | | |
| Ações ordinárias | 448.900 | 448.900 |
| Resultado por ação (expresso em Reais) | | |
| Ações ordinárias | (1,646) | 0,165 |

26 Receita líquida de serviços e vendas

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|-------------------------|
| | 2023 | 2022 (Reapresentado) |
| Receita de serviços | | |
| Mercado interno | 651.264 | 1.504.685 |
| Mercado externo | 2.925.967 | 3.075.870 |
| | 3.577.231 | 4.580.555 |
| Receita de vendas | | |
| Mercado interno | 638.932 | 38.276 |
| Mercado externo | 6.910 | 57.695 |
| | 645.842 | 95.971 |
| Impostos e contribuições sobre serviços e vendas | (159.946) | (147.545) |
| Receita líquida de serviços e vendas | 4.063.127 | 4.528.981 |

27 Gastos por natureza

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | | | | |
|--|-------------------------------------|---------------------------------------|-------------|------------------------------|---------------------------------------|-------------|
| | 2023 | | | 2022 (Reapresentado) | | |
| | Custo dos serviços prestados | Gerais e administrativas e com vendas | Total | Custo dos serviços prestados | Gerais e administrativas e com vendas | Total |
| Matéria-prima e materiais de uso e consumo | (652.452) | (2.786) | (655.238) | (818.234) | (4.951) | (823.185) |
| Despesas com pessoal | (764.341) | (391.713) | (1.156.054) | (853.966) | (369.796) | (1.223.762) |
| Serviços de terceiros (a) | (1.748.462) | (49.491) | (1.797.953) | (1.961.203) | (32.229) | (1.993.432) |
| Depreciação e amortização | (22.131) | (30.947) | (53.078) | (20.877) | (35.281) | (56.158) |
| Provisão (reversão) para contingências | 7 | (12.761) | (12.754) | (54) | (29.826) | (29.880) |
| Provisão (reversão) para perda para crédito de liquidação de | (1.909) | (161.055) | (162.964) | (7.134) | 7.145 | 11 |
| Depreciação do direito de uso | (1.298) | (10.363) | (11.661) | (2.119) | (8.771) | (10.890) |
| Gastos administrativos | (316.184) | 30.492 | (285.692) | (244.970) | (256.850) | (501.820) |
| Outros, líquido | (7.832) | (26.019) | (33.851) | 26.826 | (9.392) | 17.434 |
| | (3.514.602) | (654.643) | (4.169.245) | (3.881.731) | (739.951) | (4.621.682) |

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição por natureza dos serviços de terceiros:

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------|---------------------------------------|
| | 2023 | | 2022 | |
| | | | (Reapresentado) | |
| | Custo dos serviços prestados | Gerais e administrativas e com vendas | Custo dos serviços prestados | Gerais e administrativas e com vendas |
| Subempreiteiros | (1.584.911) | | (1.734.425) | |
| Aluguel e manutenção de equipamentos | (85.487) | | (125.603) | |
| Limpeza e vigilância | (19.562) | (1.087) | (29.001) | (1.790) |
| Transportes | (31.311) | | (41.482) | |
| Consultoria e Auditoria | (14.986) | (48.404) | (16.533) | (29.513) |
| Informática e tecnologia | (7.341) | | (8.007) | |
| Outros | (4.864) | | (6.152) | (926) |
| | <u>(1.748.462)</u> | <u>(49.491)</u> | <u>(1.961.203)</u> | <u>(32.229)</u> |

28 Resultado financeiro, líquido

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|-------------------------------------|-----------------|
| | 2023 | 2022 |
| | | (Reapresentado) |
| Receitas de aplicações financeiras | 10.129 | 13.148 |
| Receitas de variação cambial | 156.743 | (237.591) |
| Juros de empréstimos e financiamentos (excluindo Bonds) | (25.011) | (23.199) |
| Juros de arrendamento | (18.287) | (15.325) |
| Comissões bancárias | (46.843) | (52.281) |
| Reversão provisão de perdas esperadas de créditos com partes relacionadas (i) | 174.599 | 299.252 |
| Ajuste a valor presente (excluindo Bonds) | (13.638) | 87.707 |
| Juros - Bonds | (883.212) | (834.489) |
| Ajuste a valor presente líquido - Bonds | 144.423 | 494.678 |
| Outros, líquido | <u>(177.208)</u> | <u>226.481</u> |
| | <u>(678.305)</u> | <u>(41.619)</u> |

(i) O valor de R\$ 174.599 está atrelado a reversão da provisão para perda esperada de créditos com partes relacionadas, decorrente da variação cambial sobre tais créditos, conforme movimentação apresentada na nota 13 (a), no valor de R\$ 168.575. A diferença de R\$ 6.024 refere-se a ajuste de conversão de balanço registrado no patrimônio líquido.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Despesa de imposto de renda e contribuição social

| | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|-------------------------------------|-------------------------|
| | 2023 | 2022 (Reapresentado) |
| Imposto de renda corrente | (5.210) | (5.532) |
| Contribuição social corrente | (1.876) | (1.992) |
| Imposto de renda no exterior (sucursais e subsidiárias) - corrente | (180.556) | (98.596) |
| | <u>(187.642)</u> | <u>(106.120)</u> |
| Imposto de renda diferido | 17.911 | (158.244) |
| Contribuição social diferida | 6.448 | (56.968) |
| Imposto de renda no exterior (sucursais e subsidiárias) - diferido | (291.707) | (80.367) |
| | <u>(267.348)</u> | <u>(295.579)</u> |

(a) Imposto de renda no Brasil e exterior

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a despesa com imposto de renda está representada, principalmente, pelos impostos gerados nas operações de Brasil R\$ 17.274 (31 de dezembro de 2022 – (R\$ 222.735)), Angola (R\$ 476.133) (31 de dezembro de 2022 – R\$ 17.563), Panamá (R\$ 1.798) (31 de dezembro de 2022 – (R\$ 3.683)), Peru R\$ 5.425 (31 de dezembro de 2022 – (R\$ 192.502)) e outros países R\$ 242 (31 de dezembro de 2022 – (R\$ 351)).

30 Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia estão demonstradas conforme indicado a seguir:

| Tipo de garantia oferecida | Modalidade | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|----------------------------|--|------------------------|------------------------|
| | | US\$ mil | |
| Fiança Corporativa | Sociedades do Grupo Novonor (i) | 43.184 | 43.608 |
| | FINAME NSP | | 184 |
| | Empréstimos | 113.061 | 193.674 |
| | Imobilizado | 501 | 555 |
| | Leasing | | 2.758 |
| Garantia Bancária | Ação Judicial (<i>Appeal Bond</i>) | 41.182 | 35.669 |
| | Garantia de pagamento (<i>Payment Bond</i>) | 50.576 | 49.284 |
| Seguro Garantia | Adiantamento de Pagamento (<i>Advance Payment Bond</i>) | 227.206 | 244.482 |
| | Garantia de Execução (<i>Performance Bond</i>) | 418.456 | 620.248 |
| | Garantia de Execução e Pagamento (<i>Performance And Payment Bond</i>) | 4.003 | 29.674 |
| | Garantia de Manutenção (<i>Maintenance Bond</i>) | 636.060 | 516.676 |
| | Outros | 15.778 | 48.509 |
| | | <u>1.550.007</u> | <u>1.785.321</u> |

No processo de conquista e na execução de contratos no Brasil e no exterior, a Companhia e suas controladas utilizam seguro-garantia (“*Surety Bond*”), obtido com o apoio da Horiens Consultoria e Corretora de Seguros Ltda, empresa integrante do Grupo, através de alianças estratégicas de longo prazo com seguradoras e corretoras de primeira linha no mercado segurador global.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às informações
contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em abril de 2022 a Enseada Indústria Naval S.A. – Em Recuperação Judicial (“ENSEADA”), a Companhia e algumas de suas filiadas celebraram acordo com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e com a PNBV, por meio do qual encerraram, em definitivo, quatro contenciosos contratuais, com quitação mútua de parte a parte, entre os quais está a arbitragem requerida pela PNBV em face da ENSEADA e, na condição de garantidora das obrigações contratuais, a CNO.

Assim, a garantia originalmente prestada pela CNO em favor da ENSEADA foi definitivamente extinta e perdeu a eficácia.

Ainda, em razão do acordo, considerando que a ENSEADA figura como única devedora de valores devidos à Petrobras, a CNO e algumas de suas filiadas assumiram a condição de garantidora de parte da dívida da ENSEADA (US\$ 43.184).

31 Cobertura de seguros

A OEC possui cobertura securitária tanto para a operação nacional como internacional, contratando coberturas de seguro, que incluem Riscos de Engenharia, responsabilidade civil geral, D&O, E&O, transportes nacional e internacional, Riscos Operacionais, entre outras. A Companhia acredita que seu Programa de Seguros é consistente com os padrões aplicados aos mais altos índices de gestão de risco de empresas de construção multinacionais que operam globalmente.

Os Limites Máximos de Indenização (“LMI”), por evento e/ou no agregado, para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia, benchmarks e estudos de cenários de perdas máximas estimadas realizadas por especialistas, são:

| | 31 de dezembro de 2023 | 31 de dezembro de 2022 |
|----------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Brasil | 5.138.330 | 7.102.378 |
| Exterior | 7.424.105 | 23.546.917 |
| | 12.562.435 | 30.649.295 |

*Ramos securitários considerados para Ativos / Projetos - Riscos de Engenharia, Riscos Operacionais, Riscos Diversos Equipamentos, Transportes e Frota de automóveis.

**Ramos securitários considerados para Seguros de Responsabilidades - Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Profissional, Responsabilidade Civil Ambiental, Responsabilidade Civil Obras, e D&O e Seguros de Vida.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, desta forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

* * *